

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA
A LUTA ANTIRRACISTA.**

LOHANY SOUZA FERREIRA COELHO

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A LUTA
ANTIRRACISTA.**

LOHANY SOUZA FERREIRA COELHO

Sob a Orientação da Professora
Dr^a Fabrícia Vellasquez Paiva

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço
Social da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, como parte
das exigências para obtenção do
título de bacharel em Serviço
Social.

Seropédica, RJ.
Junho de 2023

Ficha catalográfica

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ss Souza Ferreira Coelho, Lohany, 1999-
Serviço Social e Educação: contribuições para a luta
antirracista. / Lohany Souza Ferreira Coelho. -
Seropédica, RJ, 2023.
67 f.

Orientadora: Fabrícia Vellasquez Paiva. Trabalho
de conclusão de curso(Graduação). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2023.

1. Serviço Social. 2. Educação. 3. Luta Antirracista
. I. Vellasquez Paiva, Fabrícia , 1981-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Serviço
Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 3150 / 2023 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.053166/2023-56

Seropédica-RJ, 10 de agosto de 2023.

Lohany Souza Ferreira Coelho

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A LUTA ANTIRRACISTA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 05 de Junho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Fabrícia Vellasquez Paiva
Orientadora - presidenta (DPTE/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a Simone da Cunha Tourino Barros
Membro Externo (SUPIDOSO/SEDSODH)

Prof.^a Dr.^a Tatiane de Oliveira Pinto
Membro interno (DEDH/UFRRJ)

(Assinado digitalmente em 11/08/2023 10:44)
FABRICIA VELLASQUEZ PAIVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 1794153

(Assinado digitalmente em 14/08/2023 11:49)
TATIANE DE OLIVEIRA PINTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 3615478

(Assinado digitalmente em 11/08/2023 10:03)
SIMONE DA CUNHA TOURINO BARROS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 044.816.017-01

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **3150**, ano: **2023**, tipo: **ATA**, data de emissão: **10/08/2023** e o código de verificação: **6fbd4f51c0**

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida meu irmão Luís Felipe e meu afilhado Enzo Gabriel, a vocês dedico todo suor, lágrima e sorriso dado nesses quatro anos de graduação. Foi e sempre será por vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a mim mesma. Agradeço a Lohany que resolveu um dia minimamente acreditar em si mesma e seguir adiante com o sonho de um dia estar numa faculdade, hoje este sonho se concretizou e foi muito além do planejado e sonhado por tanto tempo, agradeço a Lohany que não desistiu e resistiu por quatro longos anos para estar hoje diante de uma tela de computador escrevendo este agradecimento no seu trabalho de conclusão de curso. Obrigada, Loh.

Agradeço a Deus, por ter me dado até aqui forças e discernimento para me manter firme na árdua caminhada que é a graduação, e principalmente a graduação em uma universidade pública que constantemente sofre ataques mas que se mantém de pé dentro de suas limitações.

Agradeço a minha avó Fátima da Silva Coelho que infelizmente não pôde presenciar o fim deste ciclo que ela almejou tanto quanto eu, porém, em vida fez tudo que pôde para que eu pudesse estar aqui. Muito obrigada, neguinha, te encontro na fé. Com amor, sua “nega preta de vó”.

Agradeço ao meu grupo de amigos intitulado CAPS: SSP cujos membros Isadora Pimentel, Isabelly Andrade, Isabela Oliveira, Lucas Gama, Carlos Eduardo e Matheus Moreira fizeram desta fase da minha vida a mais incrível até aqui.

Agradeço aos meus amigos: Isadora Pimentel, Matheus Moreira, Carlos Eduardo, Lucas Gama e Ravine Bulcão por dividirem comigo não só os perrengues da vida acadêmica mas também suas vidas particulares, por me acolherem de braços abertos em suas vidas.

Especialmente agradeço a Isadora, que aqui se tornou a irmã de alma que até então nunca tive, que me abraçou de corpo e alma em sua vida e em tua família fazendo de mim parte dela também, obrigada por todos os momentos, ensinamentos, abraços, risos, choros, conselhos e etc, te amo pra sempre irmã metralha.

Agradeço a professora Tatiane de Oliveira e a minha supervisora de estágio Roselene Goulart. Professora Tatiane por enxergar em mim um potencial que nem eu mesma fui capaz de enxergar e me dar a oportunidade de viver a melhor experiência da vida acadêmica que foi a extensão universitária possibilitando com que hoje eu pudesse ter certeza de qual caminho seguir na

profissão, a querida Roselene, por em seu exercício profissional me ajudar a amadurecer minhas ideias e interesses dentro da Educação enquanto assistente social. Serei eternamente grata.

Por fim, agradeço as professoras Fabrícia Vellasquez e Simone Tourino. A professora Fabrícia por toda dedicação em sua orientação a esta pesquisa, por também sempre ouvir e respeitar todas as minhas ideias para esta fase tão importante da graduação. A professora Simone, por aceitar estar junto a mim neste processo enquanto banca avaliadora e também por toda sua dedicação enquanto docente proporcionando a mim uma formação crítica e de qualidade.

*Presentemente eu posso me
considerar um sujeito de sorte
porque apesar de muito moço me
sinto são, e salvo e forte
E tenho comigo pensado Deus é
brasileiro e anda do meu lado e
assim já não posso sofrer no ano
passado*

*Tenho sangrado demais, tenho
chorado pra cachorro, ano passado
eu morri mas esse ano eu não
morro.*

Sujeito de sorte- Belchior

*Permita que eu fale não as minhas
cicatrices, elas são coadjuvantes,
não, melhor, figurantes que nem
deviam estar aqui*

*Permita que eu fale não as minhas
cicatrices, tanta dor rouba nossa
voz, sabe o que resta de nós?*

Alvos passeando por aí

*Permita que eu fale não as minhas
cicatrices, se isso é sobre vivência
me resumir a sobrevivência é roubar
o pouco de bom que vivi*

*Permita que eu fale não as minhas
cicatrices, achar que essas mazelas
me definem é o pior dos crimes, é
dar o troféu pro nosso algoz e fazer
nóis sumir.*

AmarElo- Emicida

RESUMO

O racismo é um problema histórico-social presente em diversas esferas da sociedade, incluindo a educação. Diante disso, o Serviço Social tem um papel fundamental na promoção da luta antirracista no ambiente educacional. A presente pesquisa tem como objetivo discutir a contribuição da atuação da/do assistente social na educação para a luta antirracista, a partir de uma análise histórica sobre a inserção do serviço social na educação, a definição de racismo estrutural e institucional, e uma reflexão sobre o que é a luta antirracista. A presente pesquisa utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica a partir de publicações de autores que discutem sobre educação, Serviço Social, e luta antirracista e pode-se concluir que a atuação do Serviço Social na educação contribui inteiramente para a luta antirracista se a atuação da categoria for pautada na promoção de uma educação comprometida com o respeito a diversidade, em busca da equidade e da justiça social. A pesquisa conta com um relato de experiência onde foi possível refletir sobre os caminhos possíveis a serem percorridos pelo Serviço Social dentro de suas competências e atribuições para a contribuição com a luta antirracista.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação, Luta Antirracista.

ABSTRACT

Racism is a social historical problem present in several spheres of society, including education. Therefore, social work has a fundamental role in promoting the antiracist struggle in the educational environment. The present research aims to discuss the contribution of social workers in education to the anti-racist struggle, based on a historical analysis of the insertion of social services in education, the definition of structural and institutional racism, and a reflection on what is the anti-racist struggle. The present research is a bibliographical research based on publications by authors who discuss education, Social Work, and the anti-racist struggle, and it can be concluded that the role of Social Work in education contributes entirely to the anti-racist struggle if the performance of the category Forda agenda in the promotion of an education committed to respect for diversity, in search of equity and social justice, the research has an experience report where it was reflected on the possible paths to be taken by Social Work within its attributions and attributions for the contribution to the anti-racist fight.

Key words: Social Service, Education, Anti-racist Struggle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
2. DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	13
2.1 De um breve histórico de um percurso controverso.....	14
2.2 A educação antirracista.....	23
3. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO	27
4. SERVIÇO SOCIAL E A LUTA ANTIRRACISTA	37
4.1 Breve histórico sobre a raça.....	37
4.2 Racismo Estrutural.....	41
4.3 Racismo Institucional.....	42
4.4 Luta Antirracista.....	43
5. RELATO DE EXPERIÊNCIA	49
5.1 Estágio supervisionado em Serviço Social.....	49
5.2 Extensão Universitária.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

O racismo é um problema histórico social presente em diversas esferas da sociedade, incluindo a educação. Diante disso, o Serviço Social tem um papel fundamental na promoção da luta antirracista no ambiente educacional. A presente pesquisa tem como objetivo discutir a contribuição da atuação da/o assistente social na educação para a luta antirracista, a partir de uma análise histórica sobre a inserção do Serviço Social na educação, a definição de racismo estrutural e institucional, e uma reflexão sobre o que é a luta antirracista. A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa advém da inserção no espaço da educação através do Estágio Supervisionado em Serviço Social e da Extensão Universitária.

O Serviço Social começou a ser inserido na educação brasileira na década de 1960, durante o regime militar, quando a educação passou a ser vista como um meio para o desenvolvimento econômico do país e como um espaço para a disseminação de valores patrióticos e conservadores. Neste contexto, o Serviço Social foi convocado a atuar na área educacional para apoiar a implementação das políticas educacionais e para atender às demandas sociais decorrentes do processo de expansão educacional.

Com a redemocratização do país, na década de 1980, a atuação do Serviço Social na educação passou a ser marcada pela luta pela democratização do acesso e da qualidade da educação, pelo reconhecimento da educação como direito social e pela defesa da autonomia do projeto pedagógico das escolas.

A/O assistente social, ao atuar na escola, pode contribuir para a superação das desigualdades sociais que preencheram o acesso e a permanência dos estudantes na escola, por meio da identificação das demandas e necessidades da comunidade escolar e da articulação com outras políticas públicas, como saúde, assistência social e cultura. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011, p. 212),

o Serviço Social na escola deve ser um processo de intervenção comprometido com a transformação social, com a defesa dos direitos e com a superação das desigualdades sociais. Isso implica em uma atuação crítica, reflexiva e propositiva, que considera as relações de poder presentes no ambiente escolar e as demandas da comunidade escolar.

É necessário se pensar a atuação do Serviço Social na educação para a

promoção de uma educação pautada no respeito a diversidade étnico-racial, em busca de equidade e justiça social, podendo assim, garantir que a educação oferecida acolha todos aqueles que a acessam.

Além disso, a presente pesquisa contribui para que a comunidade acadêmica da universidade a qual pertence compreenda a importância de uma educação que promova debates acerca da questão étnico-racial principalmente tratando-se de uma universidade pública localizada na Baixada Fluminense e que recebe alunos residentes dos municípios pertencentes da Baixada Fluminense, formando profissionais de diversas áreas podendo pensar também em como suas respectivas atuações profissionais podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos que a ela pertencem.

Para o Serviço Social, faz-se necessário compreender as transformações que ocorrem nos espaços de atuação da profissão e as possíveis transformações que possam ocorrer a partir de um olhar de equidade social. Pensando na atuação do Serviço Social na educação é de grande importância compreender as especificidades da educação no contexto brasileiro e como as relações são dadas no Brasil desde o surgimento da educação, para quem e como esta educação é ofertada além de questões também como permanência e acesso.

Na primeira parte desta pesquisa discutimos sobre a educação, o seu conceito, seu surgimento e como se estabelece no Brasil até os dias atuais, além disso na relação com o Serviço Social para além de uma política em que a categoria atua para que usuários tenham pleno acesso.

Na segunda parte, tratamos do debate étnico-racial dentro do Serviço Social e, brevemente, no Brasil e no breve histórico da luta antirracista desde seu surgimento até seu estabelecimento no Brasil chegando até nos dias atuais, seguido de um relato de experiência no estágio supervisionado em Serviço Social e na Extensão Universitária, ambos vividos no âmbito da Educação a partir da perspectiva de atuação profissional do Serviço Social e a importância do debate das relações étnico-raciais no espaço educacional.

2. DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A compreensão do conceito e do histórico da educação é de grande importância para diversas áreas do conhecimento, bem como para a sociedade

como um todo. Em primeiro lugar, é fundamental para a compreensão das origens e evolução das práticas educacionais e das teorias que as fundamentam.

Compreender o conceito de educação nos permite entender que ela não se restringe apenas ao processo de transmissão de conhecimentos e habilidades técnicas, mas que também engloba aspectos sociais, culturais, políticos e éticos. Além disso, o conhecimento histórico nos permite entender como as práticas educacionais se desenvolveram ao longo do tempo e como foram influenciadas por diferentes contextos políticos, sociais e culturais.

A compreensão do histórico da educação também é importante para uma análise crítica das práticas educacionais contemporâneas. Conhecer as práticas educacionais do passado e suas consequências nos ajuda a entender as orientações das políticas educacionais atuais e identificar caminhos possíveis para o aprimoramento do sistema educacional.

Para além, é necessário entender como a educação se dá no Brasil, suas contradições, seus limites, seus aspectos e etc.

2.1 De um breve histórico de um percurso controverso

O conceito de educação pode ser entendido como um processo contínuo de desenvolvimento pessoal e social que envolve a transmissão de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos, buscando a formação integral do indivíduo. É um processo que ocorre em diversas etapas da vida, desde a primeira infância até a idade adulta, e que pode ocorrer em diferentes contextos, como em casa, na escola, na comunidade e no trabalho.

Ao longo da história, o conceito de educação passou por diversas transformações, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais de cada época. Na Grécia Antiga, a educação era vista como um processo voltado para a formação do indivíduo como um ser completo, buscando o equilíbrio entre o corpo, a mente e a alma. Segundo Platão, a educação era o processo pelo qual o indivíduo se tornava apto a alcançar a virtude e a verdade.

Na Idade Média, a educação era dominada pela igreja católica, que buscava formar indivíduos que fossem capazes de cumprir seus deveres religiosos e civis. Com a Reforma Protestante, surgiram novas concepções de educação, com

destaque para a ideia de que a educação deveria ser acessível a todos, independentemente de sua posição social.

Porém, saltando da Idade Média para o século XVIII, a educação passou a ser vista como um meio para o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida da população. A escola se tornou a principal instituição educacional, buscando formar indivíduos capazes de atuar no mercado de trabalho. Com o surgimento da psicologia, na virada do século XIX para o século XX, a educação passou a ser vista como um processo de desenvolvimento da personalidade, buscando atender às necessidades individuais dos alunos.

Atualmente, a educação é vista como um processo complexo que envolve a interação entre diversos elementos, como o conhecimento, as habilidades, os valores, as tecnologias e as relações sociais. Segundo Libâneo (2013), a educação tem como objetivo principal o desenvolvimento integral do indivíduo, buscando o equilíbrio entre o desenvolvimento cognitivo, o desenvolvimento socioafetivo e o desenvolvimento ético.

Além disso, a educação deve ser vista como um processo democrático e inclusivo, que busca garantir a todos os indivíduos o acesso aos conhecimentos e às oportunidades de desenvolvimento. Nesse sentido, a educação pode contribuir para a redução das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Freire (1987), a educação deve ser entendida como um processo de formação integral do indivíduo, que busca desenvolver suas capacidades cognitivas, afetivas e sociais. A educação deve ser vista como um processo dialógico, em que educador e educando se encontram em uma relação de igualdade, buscando construir juntos o conhecimento.

Para Freire (1996), a educação não pode ser vista como um processo neutro e despolitizado, mas sim como um instrumento de transformação social. A educação deve ser entendida como um processo de conscientização, em que os indivíduos se tornam capazes de entender as relações de poder que permeiam a sociedade e de lutar por mudanças.

A pedagogia freiriana tem como base a ideia de que a educação deve ser libertadora e emancipatória. Segundo Freire (1987), a educação deve permitir que os indivíduos desenvolvam sua capacidade crítica e se tornem sujeitos de sua própria

história. A educação deve contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos tenham direito à participação e ao desenvolvimento.

Ainda para o autor, a educação deve estar voltada para a vida e para as necessidades dos educandos. O processo educacional deve partir do conhecimento prévio dos educandos e buscar construir o conhecimento de forma significativa e contextualizada. A educação deve ser vista como um processo de construção coletiva do conhecimento, em que educadores e educandos trabalham juntos para alcançar os objetivos educacionais.

A educação desempenha um papel fundamental tanto na emancipação política quanto na emancipação humana, proporcionando ferramentas essenciais para o desenvolvimento pessoal, a formação crítica e a participação cidadã.

Kant (1784) argumenta que a educação é essencial para a formação de indivíduos autônomos e esclarecidos, capazes de pensar por si mesmos e exercer sua liberdade política de maneira responsável. O autor enfatiza a necessidade de uma educação que desenvolva a capacidade de pensar criticamente e questionar autoridades, contribuindo assim para a construção de uma sociedade democrática e participativa.

A emancipação humana é um conceito que se refere à liberação e à autonomia plenas dos indivíduos, permitindo-lhes viver de acordo com suas potencialidades e aspirações, sem serem restringidos por formas de opressão, exploração ou alienação.

Marx (1845) considerava a emancipação humana como um processo complexo que envolve a superação das condições de alienação e exploração presentes no sistema capitalista. Para ele, a emancipação humana só seria alcançada por meio da transformação revolucionária da estrutura social e econômica da sociedade.

O autor critica a divisão do trabalho e a alienação que ocorre no sistema capitalista, argumentando que a emancipação humana só seria possível quando os indivíduos se libertassem das relações de produção alienantes e assumissem o controle coletivo dos meios de produção entendendo-se que a emancipação humana só será completa quando o trabalho não for mais apenas um meio de vida, mas se tornar em si mesmo a primeira necessidade da vida, com isso, a alienação será superada(MARX, 1845).

A emancipação política é um conceito que se refere à conquista da liberdade e dos direitos políticos por parte dos indivíduos dentro de uma determinada sociedade. Envolve a capacidade de participar ativamente na vida política, exercer a cidadania, tomar decisões coletivas e influenciar o curso dos assuntos públicos.

Marx (1875), em sua análise crítica do sistema capitalista, também abordou a questão da emancipação política. Para Marx, a emancipação política não é suficiente para alcançar a verdadeira emancipação humana, pois está intrinsecamente ligada às estruturas sociais e econômicas do sistema capitalista. Ele argumentava que, apesar de garantir direitos formais e políticos aos indivíduos, a emancipação política dentro do sistema capitalista é limitada e ilusória.

Marx (1875) critica a ideia de que a emancipação política é suficiente para a libertação completa dos indivíduos afirmando que entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista está o período de transformação revolucionária da primeira na segunda. A esta corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a ditadura revolucionária do proletariado.

Marx argumenta que a verdadeira emancipação política só pode ser alcançada por meio de uma revolução social que transforme as estruturas econômicas e sociais existentes. O autor via a emancipação política como um estágio transitório para a emancipação humana completa, que só seria possível com a superação das relações de produção capitalistas.

A história da educação no Brasil é marcada por desafios e por contradições. Desde o período colonial, a educação no país esteve voltada para a formação das elites e foi marcada por desigualdades e exclusão social. Somente a partir do século XX, com a criação de políticas públicas de educação, foi possível avançar em direção a uma educação mais democrática e inclusiva.

No período colonial, a educação no Brasil estava voltada para a formação dos filhos da elite colonial. Segundo Bueno (2013), as primeiras escolas no país foram criadas pelos jesuítas, com o objetivo de catequizar os indígenas e formar a elite colonial. A educação era marcada por um caráter religioso e autoritário, em que os alunos eram submetidos a rígidas normas de disciplina e controle.

Durante o século XIX, a educação no Brasil foi marcada por uma série de reformas e mudanças, que buscavam modernizar o sistema educacional do país. Segundo Veiga (2012), a Reforma Benjamin Constant, de 1891, foi um marco na

história da educação brasileira, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino primário e a criação das escolas normais.

Na década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Saúde e foram estabelecidas as bases para a criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo Saviani (2011), esse período foi marcado pela valorização da educação como instrumento de desenvolvimento do país.

Na década de 1960, com o golpe militar, a educação no Brasil sofreu um retrocesso, com o fechamento de universidades e a perseguição a professores e estudantes. Somente na década de 1990, com a redemocratização do país, foi possível avançar em direção a uma educação mais democrática e inclusiva, com a criação de políticas públicas de educação, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Programa Nacional de Alfabetização Solidária (PNAS), porém, houveram mudanças posteriores que resultaram na mudança do FUNDEF passando a ser FUNDEB.

A transição do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) para o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) representa um marco importante na política educacional brasileira. Para compreender essa transição e suas implicações, é necessário entender a natureza e os objetivos de cada um desses fundos.

O FUNDEF foi criado pela Emenda Constitucional nº 14/1996, com o propósito de garantir recursos para a educação básica e assegurar a valorização dos profissionais do magistério. Ele estabelecia um montante mínimo de investimento por aluno matriculado nas escolas públicas de ensino fundamental, financiado principalmente por recursos provenientes dos estados e municípios. O FUNDEF vigorou por um período de dez anos, de 1998 a 2007.

No entanto, o FUNDEF apresentava algumas limitações, como a exclusão da educação infantil e do ensino médio de seus critérios de distribuição de recursos, além de não levar em conta as diferenças regionais e a qualidade dos gastos

educacionais. Diante dessas deficiências, foi proposta a transição para o FUNDEB, por meio da Emenda Constitucional nº 53/2006.

O FUNDEB foi criado com o intuito de ampliar a abrangência e a eficácia dos recursos destinados à educação básica no Brasil. Diferentemente do FUNDEF, ele inclui todas as etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), visando à universalização e à melhoria da qualidade da educação em todas as suas modalidades.

Uma das principais mudanças trazidas pelo FUNDEB foi a ampliação dos recursos destinados à educação, que passaram a ser provenientes de diferentes fontes, como a complementação da União, além dos recursos estaduais e municipais. Essa diversificação de fontes proporcionou um aumento significativo nos recursos disponíveis para a educação básica, permitindo uma distribuição mais equitativa e atendendo às demandas específicas de cada região.

A transição do FUNDEF para o FUNDEB também resultou em avanços na valorização dos profissionais da educação. O FUNDEB estabeleceu um piso salarial nacional para os professores, bem como diretrizes para a formação continuada e a qualificação dos profissionais da área. Essas medidas visam incentivar e valorizar os educadores, reconhecendo sua importância fundamental para o desenvolvimento do ensino no país.

De acordo com as mudanças trazidas pelo FUNDEB, o financiamento da educação passou a ser pautado por critérios mais justos e transparentes, considerando a demanda e a necessidade de cada região. Essa mudança foi essencial para promover a equidade educacional, reduzindo as disparidades entre estados e municípios e garantindo um acesso mais igualitário à educação básica de qualidade.

Atualmente, a educação no Brasil ainda enfrenta muitos desafios, como a exclusão social, a desigualdade educacional e a falta de investimentos na educação pública. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cerca de 13,5 milhões de brasileiros com mais de 15 anos são analfabetos e a taxa de evasão escolar é alta.

A educação pública no Brasil tem um longo histórico de desafios e contradições. Apesar de ter avançado nas últimas décadas, ainda enfrenta muitos problemas, como a falta de recursos e a desigualdade educacional. Segundo Saviani

(2011), a educação pública no país é marcada por uma luta constante por recursos e por uma disputa entre diferentes concepções de educação.

Atualmente, a educação pública no Brasil ainda enfrenta muitos desafios. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2020, cerca de 7,3 milhões de crianças e adolescentes estavam fora da escola, e a taxa de analfabetismo funcional ainda é alta, com cerca de 29% da população brasileira com idade entre 15 e 64 anos sem habilidades em leitura, escrita e matemática.

Além disso, a desigualdade educacional é um dos maiores desafios da educação pública no Brasil. Segundo dados do INEP, as escolas públicas têm um desempenho acadêmico pior do que as escolas privadas, e os estudantes de baixa renda têm menos acesso à educação de qualidade. Segundo Cury (2018), a desigualdade educacional é um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento do país e deve ser enfrentada por meio de políticas públicas que promovam a equidade na educação.

A população usuária da educação pública no Brasil é bastante diversa e heterogênea. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2020, cerca de 47,5 milhões de alunos estavam matriculados em escolas públicas, desde a educação infantil até o ensino médio.

No entanto, é importante destacar que a população usuária da educação pública no Brasil ainda enfrenta muitos desafios, como a falta de recursos, a precariedade da infraestrutura das escolas e a desigualdade educacional. Segundo Cury (2018), os estudantes de baixa renda têm menos acesso à educação de qualidade, o que contribui para a perpetuação das desigualdades sociais no país.

Além disso, a população usuária da educação pública no Brasil é marcada pela diversidade étnico-racial, cultural e linguística. Segundo dados do Censo Escolar de 2020, cerca de 51% dos estudantes da rede pública são negros ou pardos, e há uma grande diversidade linguística, com mais de 200 línguas faladas no país.

Segundo Veiga (2012), a diversidade étnico-racial e cultural da população usuária da educação pública no Brasil deve ser considerada na elaboração de

políticas públicas de educação, que devem levar em conta as particularidades de cada grupo e promover a equidade educacional.

A relação entre educação e desigualdade social é uma temática central na discussão sobre o desenvolvimento do Brasil. O país é caracterizado por profundas desigualdades socioeconômicas, e a educação é uma das áreas mais afetadas por essa realidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 30% da população brasileira não concluiu o ensino fundamental e apenas 11% concluiu o ensino superior (IBGE, 2019).

De acordo com Silva (2019), a desigualdade social no Brasil é resultado de um processo histórico marcado pela exclusão e discriminação de determinados grupos sociais, como negros, indígenas, mulheres e pobres. Essa realidade se reflete no sistema educacional, que ainda é marcado por profundas desigualdades. Segundo o autor, as desigualdades educacionais acentuam a desigualdade social, pois perpetuam a exclusão de determinados grupos sociais do acesso a oportunidades e recursos (SILVA, 2019, p. 12).

A falta de acesso à educação de qualidade é uma das principais causas da desigualdade social no país. De acordo com dados do Ministério da Educação (MEC), o investimento em educação no Brasil ainda é insuficiente e está abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (MEC, 2021). Isso tem impacto direto na qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas, que muitas vezes apresentam estrutura precária, falta de recursos e profissionais mal remunerados.

Outro fator que contribui para a desigualdade educacional no Brasil é a falta de políticas públicas efetivas para a promoção da equidade. Segundo Santos (2018), a ausência de políticas públicas para a promoção da equidade educacional é um dos principais desafios do sistema educacional brasileiro (SANTOS, 2018, p. 23). Isso se reflete na falta de acesso de determinados grupos sociais à educação de qualidade, como negros, indígenas, mulheres e pessoas em situação de pobreza.

Para enfrentar essa realidade, é necessário investir em políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades na educação, garantindo acesso e qualidade para todos os estudantes. Além disso, é preciso valorizar a educação como um direito humano fundamental e um meio para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A inserção das pessoas negras na educação brasileira é marcada por um histórico de exclusão e discriminação. Durante séculos, a população negra foi privada do acesso à educação formal, sendo proibida de frequentar escolas e universidades. Mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, a segregação racial continuou presente no sistema educacional brasileiro. Como por exemplo a Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”.

Essa lei estabelecia duas restrições específicas: a primeira referia-se à proibição de pessoas que padeciam de moléstias contagiosas, e a segunda proibia a frequência de escravos e pretos africanos, mesmo que fossem livres ou libertos.

Essa lei reflete o contexto histórico e social do Brasil no século XIX, caracterizado pela persistência de uma estrutura escravista e por uma visão discriminatória em relação aos negros e afrodescendentes. A exclusão da população negra das escolas públicas representava uma forma de manutenção do controle social e da perpetuação das desigualdades raciais.

Essa legislação discriminatória reforçava a ideia de inferioridade dos negros e a sua exclusão dos espaços de educação formal. Ao negar o acesso à educação, o Estado brasileiro contribuía para a perpetuação de um sistema que subjugava e

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, apenas 4,9% dos estudantes universitários do país eram negros (IBGE, 2020). Além disso, segundo o mesmo instituto, a taxa de analfabetismo entre a população negra é quase o dobro da taxa entre a população branca, sendo de 9,1% para negros e 4,2% para brancos (IBGE, 2020).

Segundo Gomes (2016), a exclusão da população negra no sistema educacional brasileiro é reflexo de um processo histórico de discriminação e desigualdade social. De acordo com o autor, a segregação racial no sistema educacional brasileiro é resultado de um modelo excludente que privilegia a elite branca em detrimento das classes populares e dos grupos étnicos minoritários (GOMES, 2016, p. 38).

A partir da década de 1960, com a luta do movimento negro e a implementação de políticas de ação afirmativa, começaram a ser tomadas medidas para a promoção da igualdade racial na educação. Em 2003, foi criado o sistema de

cotas raciais, que reserva vagas para estudantes negros e indígenas em universidades públicas e privadas. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), desde a implementação do sistema de cotas, o número de estudantes negros nas universidades brasileiras aumentou significativamente (MEC, 2021).

Apesar dessas medidas, ainda há muito a ser feito para garantir a inclusão da população negra na educação brasileira. É necessário investir em políticas públicas que promovam o acesso e a permanência dos estudantes negros no sistema educacional, além de combater o racismo e a discriminação racial presentes nas instituições de ensino.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, a taxa de analfabetismo entre a população negra era de 9,1%, quase o dobro da taxa entre a população branca, que era de 4,2% (IBGE, 2020). Além disso, de acordo com o Censo Escolar de 2020, as escolas públicas do país têm uma proporção maior de estudantes negros do que as escolas privadas. Enquanto nas escolas públicas, 47,8% dos estudantes são negros, nas escolas privadas, esse percentual é de apenas 23,5% (INEP, 2021).

De acordo com Silva (2016), a exclusão da população negra no sistema educacional básico brasileiro é resultado de um modelo educacional excludente que privilegia a elite branca em detrimento das classes populares e dos grupos étnicos minoritários. Segundo o autor, a segregação racial no sistema educacional brasileiro é reflexo de um processo histórico de discriminação e desigualdade social, que se manifesta em diversas formas de exclusão, como a falta de acesso à educação de qualidade e a baixa representatividade de professores negros nas escolas (SILVA, 2016, p. 84).

Apesar de algumas iniciativas para combater a desigualdade racial na educação básica, como a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, ainda há muito a ser feito para garantir a inclusão da população negra no sistema educacional brasileiro.

2.2 A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Uma educação antirracista é aquela que busca combater o racismo e promover a igualdade racial por meio do ensino e da formação de cidadãos

conscientes da importância da diversidade e do respeito à dignidade humana. Segundo Lopes (2016), a educação antirracista não se limita a ensinar a história e a cultura africana e afro-brasileira, mas busca desconstruir os estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade, formando sujeitos capazes de reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial do país.

Para isso, é necessário que a educação antirracista seja transversal, isto é, aborde questões raciais em todas as disciplinas e atividades escolares, e que leve em conta a realidade social e cultural dos estudantes negros e indígenas, buscando formas de valorizar e incluir suas culturas e tradições. Além disso, é importante que a educação antirracista inclua a formação dos professores, para que estes possam atuar como agentes de mudança na luta contra o racismo na escola e na sociedade.

A educação antirracista é um tema de grande relevância no Brasil, que possui uma longa história de discriminação racial e desigualdade étnico-racial. Segundo dados do Censo Escolar de 2020, os estudantes negros e pardos ainda são maioria nas escolas públicas, mas enfrentam maiores desafios para concluir o ensino médio e acessar o ensino superior em comparação com os estudantes brancos.

Nesse sentido, a Lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, é uma importante iniciativa na promoção da educação antirracista no país. Além disso, a recente implementação da Lei 11.645/2008, que inclui também o ensino da história e cultura indígena nas escolas, amplia o alcance da educação antirracista para além da população negra.

A Lei nº 10.639/2003, que inclui a temática da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, foi sancionada em 9 de janeiro de 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo da lei é promover o conhecimento, o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira e combater o racismo e a discriminação.

O processo de criação da lei foi longo e teve a participação de diversos setores da sociedade civil, especialmente movimentos negros e educadores comprometidos com a luta antirracista. Segundo Silva (2014), o debate sobre a necessidade de incluir a história e cultura afro-brasileira na educação já vinha ocorrendo desde a década de 1980, mas foi somente a partir da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata,

realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, que o tema ganhou maior destaque no Brasil e a pressão por medidas concretas se intensificou.

A lei 10.639/2003 determina que o ensino de história e cultura afro-brasileira seja incluído no currículo escolar de todas as escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, do país. Além disso, ela também estabelece a obrigatoriedade da formação continuada de professores para o ensino da temática, para garantir que o conteúdo seja abordado de forma adequada e respeitosa.

Apesar de sua importância para a promoção da igualdade racial e combate ao racismo, a implementação da lei ainda enfrenta desafios. Segundo dados do Censo Escolar de 2019, apenas 45,4% das escolas brasileiras cumprem a lei, e muitas vezes o ensino de história e cultura afro-brasileira é tratado de forma superficial ou estereotipada.

Para superar esses obstáculos e garantir uma educação antirracista efetiva, é fundamental que a lei 10.639/2003 seja implementada de forma integral e que haja um compromisso das instituições de ensino e dos educadores em abordar a temática de forma crítica e reflexiva.

Uma das principais mudanças promovidas pela lei foi a inclusão de conteúdos relacionados à história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Essa mudança teve como objetivo não apenas ampliar o conhecimento dos estudantes sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana, mas também contribuir para o combate ao racismo e à discriminação racial.

Outra mudança importante promovida pela lei foi a valorização da diversidade cultural e étnica presente no país, o que pode contribuir para o fortalecimento da identidade e autoestima dos estudantes negros e afrodescendentes. Além disso, a lei também abriu espaço para a discussão e reflexão sobre a história da escravidão no Brasil, um tema muitas vezes negligenciado pela educação brasileira.

No entanto, apesar das mudanças positivas promovidas pela lei, sua implementação ainda enfrenta desafios, como a falta de capacitação de professores e a falta de materiais didáticos adequados para o ensino dos conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana. Também há resistência de alguns setores da sociedade em relação à implementação da lei, o que pode dificultar sua efetividade.

Segundo Nilma Lino Gomes, ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Lei 10.639/2003 "é um dos principais instrumentos para a construção de uma educação antirracista no país" (GOMES, 2019). Outros autores, como Kabengele Munanga (2004) e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2009), destacam a importância da lei para a promoção da igualdade racial e para o reconhecimento da diversidade étnica e cultural presente no país.

Em resumo, a Lei 10.639/2003 teve um impacto significativo na educação brasileira ao promover a inclusão e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir a efetiva implementação da lei e a promoção de uma educação antirracista no país.

A relação entre educação e relações raciais é um tema cada vez mais presente nos debates sobre políticas públicas educacionais no Brasil. Isso porque, historicamente, a educação foi utilizada como uma ferramenta de manutenção das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira, ao reproduzir preconceitos e discriminações presentes na cultura e na estrutura social do país. Contudo, a educação também pode ser vista como um espaço para o enfrentamento dessas desigualdades, ao permitir o acesso ao conhecimento crítico e à reflexão sobre as questões raciais.

Nesse sentido, é importante destacar a importância de uma educação antirracista, que valorize a diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira e combata o racismo em todas as suas formas. Segundo Gomes (2017), a educação antirracista deve ser pautada pelo reconhecimento e respeito à diversidade, pela valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena, pela promoção da igualdade de oportunidades e pela luta contra o racismo.

A educação antirracista no Brasil é um tema cada vez mais relevante, tendo em vista o legado histórico de exclusão e violência contra a população negra no país. Dessa forma, a importância de uma educação que combata o racismo e promova a igualdade racial é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Segundo a pesquisadora Nilma Lino Gomes, uma educação antirracista não se limita a abordar a questão racial apenas como conteúdo pedagógico, mas deve, sobretudo, envolver o desenvolvimento de práticas pedagógicas e culturais que

respeitem a diversidade étnico-racial e combata as desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira (GOMES, 2015, p. 69).

Além disso, uma educação antirracista é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca do racismo e suas diversas formas de manifestação na sociedade, e para a formação de cidadãos capazes de atuar na promoção da igualdade racial em todos os espaços de convivência.

Nesse sentido, a educação antirracista deve estar presente em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, e deve ser uma pauta constante de formação para educadores e profissionais da área de educação.

Como destaca o educador e pesquisador Kabengele Munanga, a educação antirracista é um processo contínuo de formação e transformação social, que tem como objetivo construir uma sociedade mais justa, igualitária e livre de preconceitos e discriminações raciais (MUNANGA, 2019, p. 37).

Dessa forma, a educação antirracista é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e para a promoção dos direitos humanos e da dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua origem étnico-racial.

3. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A política de educação no Brasil é um debate complexo e relevante, que abrange aspectos históricos, sociais e políticos. Desde o período colonial, o acesso à educação tem sido marcado por desigualdades e exclusão social, mas ao longo do tempo foram implementadas medidas para democratizar o ensino e promover a inclusão.

O histórico da política de educação no Brasil tem início no período colonial, quando o ensino era restrito aos filhos da elite e aos padres, porém, precário. No século XIX, com a independência do país, houve um aumento da demanda por educação, mas o acesso permaneceu limitado.

Foi apenas no final deste século, com a criação do ensino público gratuito, que a educação passou a ser vista como um direito a educação. Em 1891, a Constituição Federal estabeleceu que a educação primária seria obrigatória, mas a implementação dessa medida foi lenta e gradual.

No período republicano, a política de educação passou por diversas reformas e mudanças, foi somente no referido período que a Política de Educação começou a ganhar contornos mais definidos. Em 1922, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde, responsável por coordenar a política educacional do país. Em 1934, a Constituição Federal estabeleceu que a educação seria direito de todos e dever do Estado, e que o ensino primário seria obrigatório e gratuito dos 7 aos 14 anos. Em 1946, a Constituição reafirmou a importância da educação como direito do cidadão e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário e a gratuidade do ensino público em todos os níveis.

Nos anos 60 e 70, a política de educação no Brasil sofreu mudanças significativas, com a expansão do ensino público e a criação de universidades federais em diversas regiões do país. No entanto, a ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1985 promoveu uma série de medidas autoritárias na área educacional, como a proibição de greves e a perseguição a professores e estudantes.

Nos anos 80 e 90, com o processo de redemocratização do país, a política de educação passou por novas reformas e mudanças. Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu que a educação seria um direito de todos e um dever do Estado, e que o ensino fundamental seria obrigatório e gratuito. Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu as bases da educação brasileira, definindo os objetivos, os princípios e as diretrizes da política educacional.

Apesar das conquistas alcançadas ao longo do tempo, a política de educação no Brasil ainda enfrenta grandes desafios. A exclusão social, a desigualdade de acesso e a baixa qualidade do ensino são problemas persistentes, que exigem a implementação de novas medidas e políticas públicas.

No entanto, apesar dos avanços na legislação, a Política de Educação no Brasil continua enfrentando desafios, como a falta de investimento, a baixa remuneração dos profissionais da área e a desigualdade de acesso. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, cerca de 5,3 milhões de crianças e jovens brasileiros estão fora da escola.

Na visão do Serviço Social, a Política de Educação é um direito social e um campo de atuação profissional relevante.

Nos anos 2000 é produzido o Parecer Jurídico 23/2000 sobre a introdução do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e ensino médio, com pauta na importância da implantação do Serviço Social na educação de acordo com as atribuições inerentes à atividade profissional respectiva, dispostas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, assim como das possibilidades legais dos projetos de lei para a inserção do Serviço Social em escolas e sua regulamentação nas esferas de poder municipal e estadual; Em 2008/2009, realiza-se a sistematização de leis e projetos de leis acerca do Serviço Social na Educação nas esferas municipais, estaduais e nacional pelo Grupo de Trabalho Serviço Social na educação; Em 2010/2011 o mesmo grupo de trabalho elabora a metodologia para enumeração dos dados relacionados à implantação do Serviço Social na Política de Educação pelos estados brasileiros; Por fim, no ano de 2012, ocorre a mobilização, articulação e participação nos debates regionais e estaduais a partir do documento “Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação” (CFESS, 2012).

A vinculação do Serviço Social com a Política de Educação começa a ser forjada desde os primeiros passos da profissão como peça de um processo de requisições colocadas por classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, partindo de um modelo de escolarização capaz de manter as condições de reprodução do sistema capitalista em seus diversos ciclos de expansão e de crise.

A educação é um conjunto constituinte da vida social que funciona como um mecanismo dinâmico da reprodução social, ou seja, nas diversas formas de reprodução do ser social para que numa sociedade organizada possa se manter minimamente a contradição entre classes dominantes e classes dominadas. Este conjunto imputa-se hegemonicamente do caráter de garantir a manutenção da reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que possa repor de forma contínua e ampliada as desigualdades entre classe dominante e classe dominada fundamental para os requisitos necessários para a acumulação infundável (CFESS, 2012).

Em outras palavras, é interessante para o sistema capitalista que a educação pública (acessada na sua maioria pela classe trabalhadora), seja um mecanismo que garante a manutenção do seu modo de reprodução sendo uma forma barata de

formação de obra barata a ser explorada para o enriquecimento das classes dominantes.

As tensões entre Estado e Sociedade, na lógica de produção e reprodução desse sistema, objetificam, focalizam e mercantilizam a educação, ou seja, ela torna-se qualitativa para a classe dominante, essa que dispõe dos meios financeiros para garantir esse Produto. Apesar da Constituição de 1988 assegurar que os municípios possuem autonomia na construção dos sistemas de ensino (considerando as especificações na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação) da educação básica e fundamental dentro de suas regiões, é imprescindível trazer o debate sobre como essa forma de ensino é transmitida nesses espaços, levando em consideração a conjuntura desses municípios e estados, a verba oferecida para investimento nas escolas e outros projetos, além da sala de aula, compreendendo que o desenvolvimento discente também envolve a realidade, a qual, está inserido/a esse/a aluno/a (CFESS, 2011).

Ou seja, faz-se necessário que a criticidade na atuação profissional da/do assistente social nesses espaços traga uma intervenção na amplitude desse sistema educacional na garantia do direito a uma educação de qualidade e emancipatória, no entanto, a educação emancipatória possui limites dentro do projeto societário vigente. Sob o viés do sistema capitalista que coisifica as relações e transforma as condições objetivas e subjetivas em mercadoria, é notório que o espaço escolar silencia conflitos e ações, contribuindo com a reprodução ideológica e material do capitalismo.

A educação vista como uma dimensão da vida social, pode, por sua vez, encerrar com as contradições que peculiarizam a vida social, por consequência a educação através do prisma do capital converte-se em um compilado de práticas sociais que colaboram com a internalização das unanimidades necessárias à reprodução ampliada do metabolismo do sistema junto a essa dinâmica, também é que se instituem as probabilidades de edificação histórica de uma educação com capacidade emancipatória, das quais as condições variam de um amplo movimento de universalização do trabalho e da educação como exercício humano de auto realização (CFESS, 2012).

Trata-se, antes de tudo, de uma tarefa histórica, protagonizada por sujeitos políticos que compõem uma classe e precisam forjar processos de autoconsciência a partir da ação política, que

produzam uma contra hegemonia que atravesse todos os domínios da vida social, que impregne os modos de vida dos sujeitos singulares e sociais, as instituições educacionais e todas as demais também. Por esta razão, uma educação de caráter emancipador, ao mesmo tempo em que não prescinde da educação escolarizada, não se limita de forma alguma à mesma (CFESS, 2012, p.19).

Quando abordada a questão da qualidade na educação, é pontuada uma educação crítica, intelectual, que seja respeitada toda pluralidade da sociedade (sexual, religioso, racial, etc.), indo em uma direção contra a hegemonia e a favor da singularidade de cada indivíduo.

Relacionamos as regras de conduta e comportamentos dentro da escola como um “preparo” ao mercado de trabalho, além disso, é observada a punição quando as normas não são cumpridas, levando em consideração que esses indivíduos serão apenas peças para a acumulação capitalista. Não é interessante com essa configuração de sociedade, sujeitos críticos e autoconscientes, assim sendo, na atual conjuntura política existem grandes ataques recorrentes às disciplinas de Ciências Sociais e Filosofia.

O direito de acesso à educação tal como ao acesso e permanência no ambiente escolar vem sendo garantido a partir dos subsídios legais presentes tanto na Constituição Federal de 1988, quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente 8.069/90 (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, com objetivo de formar o indivíduo para exercer a cidadania, preparar para o mercado de trabalho e contribuição na sociedade (CFESS, 2001).

Segundo Iamamoto (1999), a educação é um direito social e um campo de atuação relevante para o Serviço Social. A educação é uma das principais formas de acesso ao conhecimento e à cultura, permitindo o desenvolvimento humano e social. Além disso, a educação é um dos principais meios de promoção da cidadania e da democracia.

Nesse sentido, os profissionais de Serviço Social têm um papel importante na promoção e defesa do direito à educação, podendo atuar em diferentes espaços educacionais, como escolas, universidades, centros de formação profissional, entre outros. Sua atuação pode se dar em diferentes níveis, desde a elaboração de políticas públicas até o atendimento direto aos usuários.

Entre as principais demandas do Serviço Social na educação, lamamoto (1999) destaca a necessidade de garantir o acesso e permanência dos estudantes na escola, combatendo a evasão e a repetência escolar. Além disso, os profissionais de Serviço Social devem atuar na promoção de políticas de inclusão social e combate à discriminação, garantindo o acesso igualitário à educação.

Outra demanda importante é a promoção da participação e organização dos estudantes, pais e responsáveis, professores e demais atores educacionais na gestão da educação. Nesse sentido, os profissionais de Serviço Social podem atuar na articulação entre esses atores, favorecendo a construção de espaços democráticos de participação e controle social.

Além disso, lamamoto (1999) destaca a importância do trabalho interdisciplinar na educação, envolvendo diferentes áreas do conhecimento e profissionais de diferentes formações. Os profissionais de Serviço Social, nesse contexto, podem atuar em parceria com outros profissionais, como psicólogos, pedagogos, sociólogos, entre outros, favorecendo a construção de práticas educacionais mais integradas e contextualizadas.

Em síntese, podemos compreender que o Serviço Social tem um papel fundamental na promoção e defesa do direito à educação. A atuação dos profissionais de Serviço Social na educação deve estar voltada para a garantia do acesso e permanência dos estudantes na escola, a promoção da inclusão social e combate à discriminação, a participação e organização dos atores educacionais na gestão da educação e a construção de práticas educacionais mais integradas e contextualizadas.

Para além de lamamoto, Eliana Martins (2012) também nos norteia sobre as contribuições do Serviço Social para a Educação.

Segundo Martins (2012), o Serviço Social atua na educação em diversos espaços, desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos, passando pelo ensino fundamental e médio. O papel da/do assistente social na educação é de fundamental importância, pois é responsável por trabalhar com as questões sociais que afetam diretamente a vida dos estudantes, suas famílias e a comunidade escolar.

Um dos desafios enfrentados pelo Serviço Social na educação é o de garantir o acesso à educação de qualidade a todos os estudantes, independentemente de

sua condição social, étnica, racial, de gênero ou orientação sexual. A/O assistente social atua na identificação e superação das barreiras que impedem o acesso e a permanência dos estudantes na escola, como a falta de transporte, a falta de recursos financeiros para a compra de materiais escolares, uniforme e alimentação, a violência e o bullying.

Além disso, o Serviço Social na educação também se preocupa com a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Nesse sentido, a/o assistente social atua na identificação das necessidades desses estudantes e na promoção da inclusão escolar, por meio da adaptação do espaço físico, do currículo e das práticas pedagógicas, da formação dos professores e da sensibilização da comunidade escolar.

Para mais, é importante também destacar a educação de idosos sendo eles um público alvo pouco visível ainda para a educação.

Segundo Ribeiro (2017), a representação dos idosos na educação é fundamental para garantir o respeito à diversidade etária e combater o ageísmo, que é a discriminação baseada na idade. O autor destaca que a educação deve promover uma visão positiva do envelhecimento, reconhecendo a contribuição dos idosos para a sociedade e valorizando suas experiências de vida.

De acordo com Franco (2018), a educação voltada para os idosos pode promover a inclusão social e o desenvolvimento pessoal na terceira idade. A autora ressalta a importância de abordar temas relevantes para esse público, como a saúde, a sexualidade, as relações familiares e a participação cidadã, de modo a promover o envelhecimento ativo e a autonomia dos idosos.

Nesse sentido, a educação de adultos desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão dos idosos. Segundo Freire (1987), a educação de adultos deve ser baseada no diálogo, na participação ativa e no respeito mútuo. O autor argumenta que é necessário reconhecer as experiências de vida dos idosos, valorizando seus saberes e possibilitando o desenvolvimento contínuo ao longo da vida.

Outra questão importante abordada por Martins (2012), é a relação entre a educação e o trabalho. Segundo a autora, a escola tem um papel fundamental na formação dos estudantes como cidadãos críticos e reflexivos, capazes de

compreender a realidade social e de atuar na transformação da sociedade. Nesse sentido, o Serviço Social na educação atua na orientação e formação dos estudantes para o mercado de trabalho, estimulando a reflexão crítica sobre as relações de trabalho, a valorização do trabalho como meio de realização pessoal e social e a busca por formas mais justas e igualitárias de inserção no mundo do trabalho.

Em resumo, de acordo com Martins (2012), o Serviço Social tem um papel fundamental na educação, atuando na identificação e superação das barreiras que impedem o acesso e a permanência dos estudantes na escola, na promoção da inclusão escolar e na formação dos estudantes como cidadãos críticos e reflexivos.

Para Frigotto (1995), a relação entre trabalho e educação é fundamental para compreendermos a dinâmica da sociedade e as possibilidades de emancipação humana, o autor destaca que o trabalho é uma atividade essencial para a formação do ser humano e para a construção da identidade social trazendo o argumento que a atividade de trabalho é uma dimensão constitutiva do ser humano, sendo por meio dela que os indivíduos se apropriam da natureza e transformam o mundo, construindo a si mesmos e as suas relações sociais" (FRIGOTTO, 1995).

Frigotto (1995) enfatiza que a educação não pode ser dissociada do trabalho, pois a escola desempenha um papel importante na formação dos indivíduos para o mundo do trabalho. No entanto, ele ressalta que a relação entre trabalho e educação é marcada por contradições e desafios, especialmente em sociedades desiguais e marcadas pela exploração capitalista.

Em síntese, as atribuições do Serviço Social na educação, de acordo com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, visam a construção de uma educação inclusiva e de qualidade, que promova o pleno desenvolvimento dos sujeitos e a garantia dos seus direitos sociais.

Souza (2008) defende que o Serviço Social tem um papel fundamental na garantia do direito à educação, especialmente para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a autora destaca a importância do Serviço Social na promoção de políticas públicas que garantam o acesso à educação para todos, independentemente de sua condição socioeconômica.

Souza (2008) também aponta para a necessidade de um diálogo crítico entre o Serviço Social e a Educação, com o objetivo de superar a visão limitada de que a

inclusão escolar seria suficiente para garantir o acesso ao conhecimento e à cidadania plena. Ela ressalta a importância de um trabalho conjunto entre essas áreas para garantir uma educação de qualidade, que contemple a diversidade cultural e social dos sujeitos envolvidos. Além disso, a autora também destaca a importância da formação profissional das/dos assistentes sociais, ressaltando a necessidade de uma formação crítica e reflexiva que permita aos profissionais atuarem de forma comprometida com a transformação social e a luta pelos direitos sociais.

Em resumo, Souza (2008) propõe uma visão crítica e comprometida do Serviço Social e da Educação, que valoriza a importância dessas áreas na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para a autora, a atuação conjunta dessas áreas é fundamental para garantir o acesso à educação de qualidade para todos, especialmente para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Segundo Rodrigues (2022), o Serviço Social tem um papel fundamental na educação, pois pode contribuir para a garantia do direito à educação de qualidade, à inclusão social e ao pleno desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos. O/O assistente social, nesse contexto, pode atuar tanto na gestão escolar quanto no atendimento direto aos estudantes e suas famílias.

Na gestão escolar, a/o assistente social pode contribuir para a elaboração de políticas educacionais inclusivas e para a promoção da participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões. Além disso, pode atuar na identificação de problemas que passaram o acesso e a permanência dos estudantes na escola, como a violência, o abandono escolar e a evasão.

No atendimento direto aos estudantes e suas famílias, o assistente social pode atuar na identificação e encaminhamento de demandas que interferem no processo de aprendizagem, como questões de saúde, socioeconômicas.

Segundo Almeida (2003), o Serviço Social é uma profissão que se insere no campo das políticas sociais e, nesse contexto, a política educacional ocupa um papel fundamental na busca pela garantia dos direitos sociais e da qualidade de vida dos indivíduos. O autor ressalta que o Serviço Social, ao atuar no âmbito educacional, tem como objetivo principal a defesa e a promoção dos direitos das pessoas inseridas nesse contexto. Ele afirma que “o Serviço Social busca superar as

desigualdades sociais e garantir a participação e inclusão de todos os sujeitos no processo educativo” (ALMEIDA, 2003).

O autor também destaca a importância da articulação entre o Serviço Social e a política educacional como forma de enfrentar os desafios presentes nesse campo. Ele ressalta que a relação entre o Serviço Social e a política educacional deve ser pautada pela interdisciplinaridade e pela construção de ações coletivas que promovam a democratização da educação e a equidade no acesso e permanência dos indivíduos na escola (ALMEIDA, 2003).

Almeida também aponta os avanços alcançados nessa relação, como a inserção dos assistentes sociais nas escolas e a ampliação das políticas de assistência estudantil. Segundo ele, a presença do Serviço Social nas escolas possibilita o acompanhamento e o atendimento às demandas sociofamiliares dos alunos, contribuindo para a superação de dificuldades e para a garantia de uma educação mais inclusiva (ALMEIDA, 2003).

No entanto, o autor reconhece que ainda há desafios a serem enfrentados nessa relação. Ele destaca a necessidade de ampliar o diálogo e a articulação entre os profissionais da educação e do Serviço Social, assim como a importância de investimentos na formação continuada das/dos assistentes sociais que atuam nessa área. Almeida (2003) afirma que a qualificação dos profissionais é fundamental para o desenvolvimento de práticas coerentes com os princípios do Serviço Social e para a consolidação de uma política educacional mais inclusiva e transformadora (ALMEIDA, 2003).

Em suma, Almeida (2003) destaca a relevância da relação entre o Serviço Social e a política educacional na busca pela garantia dos direitos sociais e pela promoção de uma educação mais justa e igualitária, uma vez que enfatiza a necessidade de avanços contínuos nessa relação, superando os desafios existentes e construindo práticas que contribuam para a transformação social.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, construído a partir da década de 1990, estabelece um conjunto de diretrizes e princípios que orientam a atuação do assistente social em diferentes áreas, incluindo a educação. Nesse contexto, as atribuições do Serviço Social na educação são pautadas por uma perspectiva crítica e transformadora, que busca contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dentre as atribuições do Serviço Social na educação, destacam-se:

1. Garantia do direito à educação: O assistente social tem a responsabilidade de atuar na promoção e defesa do direito à educação, visando assegurar o acesso e a permanência dos alunos na escola.
2. Promoção da inclusão social: O Serviço Social tem como receber identificar e atuar sobre as situações de exclusão social que passaram pelo processo de aprendizagem dos estudantes, buscando promover a inclusão e a equidade.
3. Atendimento às demandas dos estudantes e suas famílias: O assistente social pode atuar no atendimento direto aos alunos e suas famílias, identificando as demandas que interferem no processo de aprendizagem e encaminhando para as políticas e serviços sociais disponíveis.
4. Promoção da participação da comunidade escolar: O Serviço Social tem como promover a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, visando a construção de uma gestão democrática e participativa.
5. Elaboração e implementação de políticas educacionais: O assistente social pode contribuir para a elaboração e implementação de políticas educacionais que visem à promoção da inclusão social e da equidade, pautadas por uma perspectiva crítica e transformadora.

4. SERVIÇO SOCIAL E A LUTA ANTIRRACISTA

Neste ponto será tratado sobre a relação do Serviço Social com a Luta Antirracista em seu exercício profissional e o histórico da Luta Antirracista.

4.1 Breve histórico sobre a categoria raça

A ideia de raça tem sido utilizada historicamente para classificar as diferenças entre os grupos humanos com base em critérios biológicos, culturais e sociais. No entanto, a concepção biológica de raça é um constructo social e não uma realidade objetiva (SOUSA et al., 2018). Segundo Duster (2015), uma ideia de raça biológica foi desenvolvida durante o século XVIII por naturalistas europeus, que buscavam classificar e hierarquizar os humanos com base em características físicas, tais como cor da pele, formato do crânio e outras características anatômicas.

No século XIX, uma ideia de raça biológica foi utilizada para justificar a escravidão, a colonização e a opressão de povos considerados inferiores. O biólogo Charles Darwin, autor da Teoria da Evolução, também utilizou a ideia de raça em suas pesquisas, mas posteriormente comprovou que a raça era um constructo social e não biológico (GÓMEZ, 2017).

Durante o século XX, a concepção biológica de raça foi amplamente criticada e desacreditada pela comunidade científica. Segundo Lewontin (1972), as diferenças genéticas entre as populações humanas são muito menores do que as diferenças existentes entre indivíduos de uma mesma população. A ciência moderna, portanto, rejeita a ideia de que a raça seja uma categoria biológica e defende que a diferença entre as pessoas deve ser avaliada sob uma perspectiva cultural e social (SOUSA et al., 2018).

Atualmente, a ideia de raça continua sendo utilizada em diversos contextos sociais, culturais e políticos, mas é importante destacar que se trata de um constructo social que não tem fundamentos biológicos sólidos. A compreensão de que a diferença entre as pessoas é construída socialmente e culturalmente é fundamental para o combate ao racismo e à distinção.

Essa concepção biológica da raça teve grande influência no pensamento científico e social do século XIX e início do século XX, levando à justificação de práticas racistas e discriminatórias.

No entanto, atualmente, essa concepção biológica da raça é amplamente questionada e desacreditada, uma vez que a genética comprovou que as diferenças entre os seres humanos são muito mais complexas e variadas do que uma simples categorização racial pode explicar. Como afirma Santos (2009), a raça não é uma categoria biológica, mas sim uma categoria social, que envolve relações de poder e dominação.

A concepção de raça como uma categoria social remonta ao século XVIII, quando pensadores como Montesquieu e Rousseau pensaram a questionar a ideia de que as diferenças físicas entre os seres humanos justificavam a hierarquização entre eles. A partir daí, outras correntes de pensamento, como o iluminismo e o positivismo, passaram a se preocupar em entender as relações sociais que envolviam as categorias raciais.

Segundo Hall (2003), a concepção de raça como uma categoria social envolve a compreensão de que as diferenças entre os indivíduos não são apenas físicas, mas também culturais e históricas. Nesse sentido, a raça é entendida como uma construção social que reflete as relações de poder e dominação presentes em uma determinada sociedade.

Em resumo, a história da raça está diretamente ligada à concepção biológica que a entendeu como uma categoria baseada em diferenças físicas e genéticas. No entanto, atualmente, a compreensão de que a raça é uma categoria social e histórica tem se consolidado como um consenso entre os estudiosos do tema.

O racismo é uma forma de demonstrar que se baseia na crença de que algumas raças são superiores a outras, gerando desigualdades sociais, políticas, negativas e culturais. Trata-se de uma ideologia que atribui características e valores positivos ou negativos às pessoas com base na sua raça, cor da pele, origem étnica ou nacionalidade.

O racismo pode se manifestar de diversas formas, desde as mais explícitas, como insultos, violência e exclusão social, até as mais sutis e veladas, como estereótipos, preconceitos e denúncias institucionais. Em todas essas formas, o racismo tem como resultado a exclusão, o sofrimento e a opressão das pessoas e grupos racializados.

O racismo não se limita apenas a uma esfera da vida social, mas está presente em todas as áreas, como na educação, na saúde, no trabalho, na política e na cultura. Ele afetou diretamente a vida das pessoas negras, indígenas, ciganas e de outras minorias étnicas, além de contribuir para a perpetuação de desigualdades perdidas e a manutenção de um sistema de privilégios para as pessoas brancas.

A luta contra o racismo tem sido uma pauta constante de movimentos sociais e ativistas em todo o mundo, sendo considerada uma luta fundamental para a promoção da justiça social e garantia dos direitos humanos. Para combatê-lo, é necessário não apenas a conscientização e a denúncia de atitudes racistas, mas também a implementação de políticas públicas e ações afirmativas que promovam a segurança de oportunidades e a valorização da diversidade. Além disso, é importante reconhecer que o combate ao racismo é uma luta coletiva, que requer a construção de alianças e solidariedade entre diferentes grupos e movimentos sociais.

O movimento negro no Brasil é marcado por uma longa trajetória de luta contra o racismo e a desigualdade racial. Desde a época da escravidão, os negros e negras foram vítimas de violência, exploração e opressão, e essas questões persistem até hoje. No entanto, ao longo dos anos, a organização da população negra tem se fortalecido, o que tem contribuído para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No início do século XX, o movimento negro no Brasil ainda era incipiente e pouco organizado. No entanto, a partir da década de 1930, floresceu como as primeiras entidades negras no país, como a Frente Negra Brasileira e a Associação Cultural do Negro, que tinham como objetivo lutar pela igualdade de direitos e pela valorização da cultura afro-brasileira.

Nos anos 1950 e 1960, o movimento negro passou por um processo de renovação, influenciado pelas lutas anticoloniais e antirracistas que ocorriam em outros países. Nesse período, sofreram organizações como o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado, que atuavam na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial.

Na década de 1970, o movimento negro se fortaleceu ainda mais, com a criação de diversas entidades e organizações, como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros e o Grupo de União e Consciência Negra. Nesse período, também tivemos as primeiras reivindicações por políticas públicas específicas para a população negra, como a criação de cotas para o acesso ao ensino superior.

Nos anos 1980 e 1990, o movimento negro continua a crescer e se organizar, e foi fundamental para a criação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial. Em 1988, a Constituição Federal incluiu a igualdade racial como um dos princípios fundamentais do país, e em 1995 foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que tem como objetivo coordenar e implementar políticas públicas para a população negra.

Nos últimos anos, o movimento negro no Brasil tem lutado contra o avanço do racismo e da intolerância, que têm se manifestado de diversas formas, como a violência policial contra jovens negros e descartada no mercado de trabalho. No entanto, a mobilização da população negra e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária continuam a inspirar e transformar o país.

4.2 RACISMO ESTRUTURAL

Tratando-se de Brasil, é preciso compreender que o racismo é estrutural, ou seja, toda sociedade brasileira se estabelece em cima de uma estrutura racista que sustenta os modos de produção e reprodução da sociedade capitalista.

O racismo estrutural é aquele que está presente nas estruturas e nas instituições sociais, sendo fruto de um processo histórico de construção e naturalização das desigualdades raciais. O racismo institucional, por sua vez, é a forma como o racismo se manifesta no interior das instituições, por meio de práticas, normas e valores que discriminam e excluem as pessoas negras.

Ambas as formas de racismo são persistentes e difíceis de serem superadas, já que estão enraizadas nas estruturas e nas práticas sociais, e não dependem apenas da vontade individual para serem eliminadas. Cabe ressaltar que racismo estrutural foi um termo levantado primeiramente por Carlos Hasenbalg, autor que defendeu sua tese e, 1978 que, em 1979, foi publicada como livro com o título “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil”. Para dar conta da construção do lugar da raça nas sociedades multirraciais capitalistas, o autor parte para um sofisticado exercício sociológico traçando uma relação entre sistema de estratificação social e estrutura de classes incluindo a dimensão racial. Para isso articulando as teses de Karl Marx e Max Weber, discute aspectos relacionados a questão socioeconômica, raça e a discriminação como critérios de estratificação. Argumenta que raça não deve ser entendida como um critério subordinado na explicação da posição dos não brancos, termo cunhado pelo autor, na estrutura de classes e no sistema de estratificação social.

Segundo Almeida (2019), o racismo não é apenas uma questão de indivíduos preconceituosos ou atitudes discriminatórias, mas sim um sistema de desigualdade que se perpetua ao longo da história e se reproduz de forma estrutural e institucionalizada.

Para Almeida (2019), o racismo estrutural é uma forma de opressão que se manifesta em diversos aspectos da vida social, como na economia, na política, na cultura e nas relações interpessoais. O racismo estrutural se manifesta por meio de práticas discriminatórias, estereótipos, preconceitos e violências pessoais, que perpetuam as desigualdades e limitam as possibilidades de vida e desenvolvimento das pessoas negras.

Uma das principais características do racismo estrutural, segundo Almeida (2019), é sua invisibilidade e naturalização, ou seja, a sociedade brasileira acaba naturalizando a detecção racial como algo comum e aceitável, o que dificulta o combate e a erradicação do racismo.

Almeida (2019) também aponta que o racismo estrutural se manifesta de forma interseccional, ou seja, se articula com outras formas de opressão, como a misoginia, a homofobia e a xenofobia. Isso significa que as pessoas que pertencem a mais de um grupo oprimido (como, por exemplo, mulheres negras ou LGBTQs negros) são alvos ainda mais relativos ao racismo estrutural e suas consequências. Nos termos do autor, o combate ao racismo estrutural deve envolver ações concretas e articuladas em diversas áreas, como a educação, a saúde, o mercado de trabalho, a justiça e a política. É preciso que a sociedade brasileira reconheça o racismo como um problema estrutural e se comprometa a lutar contra ele, por meio de políticas públicas e ações afirmativas que promovam a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade cultural.

Por fim, Almeida (2019) destaca a importância da construção de alianças entre diferentes grupos e movimentos sociais na luta contra o racismo estrutural, como forma de fortalecer a solidariedade e a resistência contra as opressões que conquistaram a população negra e as minorias em geral.

4.3 RACISMO INSTITUCIONAL

Sendo uma estrutura, uma das formas de manifestações do racismo muito frequente e principalmente velada é o racismo institucional que se manifesta nas instituições sejam elas públicas ou privadas.

De acordo com Eurico (2011), o racismo institucional é um fenômeno que se manifesta por meio de práticas, comportamentos e políticas adotadas por instituições, como empresas, órgãos governamentais e organizações em geral, que perpetuam a desigualdade racial.

O racismo institucional é diferente do racismo individual, que se refere a atitudes discriminatórias por parte dos indivíduos. O racismo institucional é mais sutil e difícil de ser identificado, pois muitas vezes ocorre de forma inconsciente ou

indireta. Porém, seus efeitos são igualmente graves e podem ter efeitos influentes na vida das pessoas e comunidades.

Um exemplo de racismo institucional é a falta de diversidade em empresas, órgãos governamentais e outras organizações. Isso pode ocorrer por diversas razões, como a falta de políticas de recrutamento que promovam a diversidade racial, ou a existência de barreiras observadas que dificultam o acesso de pessoas negras a cargas de liderança ou posições de destaque.

Outro exemplo é a falta de políticas públicas que contemplem a população negra de forma específica. Isso pode ocorrer, por exemplo, na área de saúde, em que o acesso a serviços de qualidade é mais difícil para pessoas negras, que sofrem com a falta de recursos e políticas de prevenção e tratamento adequados para suas necessidades específicas.

Segundo Eurico (2011), o racismo institucional é um fenômeno estrutural que afeta toda a sociedade, não apenas as pessoas negras. Isso ocorre porque ele perpetua a desigualdade social e econômica, afetando a vida de todos os cidadãos. Para combatê-lo, é necessário adotar políticas que promovam a igualdade racial em todos os setores da sociedade, incluindo o mercado de trabalho, a educação e a saúde.

Além disso, é fundamental reconhecer que o racismo institucional existe e é um problema real, e que é responsabilidade de todos nós combatê-lo. Isso requer um compromisso coletivo em promover a diversidade, a inclusão e a equidade racial em todos os aspectos da vida social e institucional.

4.4 LUTA ANTIRRACISTA

A partir destas perspectivas, se torna importante a luta contra o racismo, porém, não somente contra o racismo, mas também por uma sociedade antirracista.

A luta antirracista é um movimento social e político que visa combater todas as formas de manifestação racial e promover a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua cor de pele. De acordo com a escritora e ativista Angela Davis, a luta antirracista é uma luta por um mundo sem raça, um mundo em que o racismo não tem lugar (DAVIS, 2017, p. 87).

A luta antirracista envolve a conscientização sobre as questões raciais e a promoção de políticas públicas que visam reduzir as desigualdades sociais e a

depressão que atingiram principalmente as pessoas negras. Segundo o filósofo e ativista Cornel West, a luta antirracista é uma luta pela justiça social, uma luta contra todas as formas de opressão e exploração que morreram como pessoas negras e outras minorias étnicas (WEST, 2020, p. 15).

Para combater o racismo, é necessário reconhecer a existência do problema e tomar medidas concretas para combatê-lo. Isso inclui a promoção da diversidade e a inclusão em todos os aspectos da sociedade, desde o ambiente de trabalho até a representação nos meios de comunicação e na política. Como afirma o escritor Ta-Nehisi Coates, a luta antirracista não é apenas uma questão de mudar as atitudes, mas sim de mudar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade individual (COATES, 2015, p. 63).

É importante lembrar que a luta antirracista não é uma tarefa exclusiva das pessoas negras, mas sim de toda a sociedade. Como afirma a ativista e escritora bell hooks, a luta antirracista é uma luta de todos nós, independentemente de nossa raça ou origem étnica (hooks, 2013, p. 29).

Para Ribeiro (2019), a luta antirracista é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ela defende que é preciso combater as estruturas e práticas que perpetuam o racismo, que muitas vezes são naturalizadas e invisibilizadas na sociedade.

Entre as formas de combate ao racismo, destaca a importância da educação antirracista, que deve ser integrada em todas as esferas da sociedade, desde as escolas até as empresas e instituições públicas. Essa educação deve abordar a história e a cultura negra, desconstruir estereótipos e preconceitos, e promover a valorização da diversidade étnico-racial.

Além disso, Ribeiro destaca a importância da representatividade negra em todas as áreas, desde a política até a cultura e o entretenimento. Ela defende que é preciso dar voz e espaço para as pessoas negras, para que elas possam ocupar posições de destaque e influenciar a construção de uma sociedade mais igualitária.

Ribeiro também enfatiza a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade racial e combatam o racismo estrutural. Isso inclui ações afirmativas, como cotas em universidades e concursos públicos, políticas de transformação histórica para as comunidades negras e criação de leis e controle de combate ao racismo.

Por fim, Ribeiro ressalta que a luta antirracista é uma luta coletiva, que deve envolver pessoas de todas as raças e etnias. Ela destaca que o racismo não é um problema exclusivo das pessoas negras, mas sim de toda a sociedade, e que é preciso unir forças para combatê-lo.

Em resumo, a luta antirracista de acordo com a autora envolve ações em diferentes áreas da sociedade, como educação, cultura, política e políticas públicas. Ela destaca a importância da representatividade negra, da educação antirracista e do engajamento coletivo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A luta antirracista é uma luta contínua que vem sendo travada em todo o mundo há séculos. Desde a época da escravidão até os dias atuais, as pessoas têm lutado contra a distinção racial e a desigualdade em diversas formas e contextos.

Segundo Neves (2007), um dos primeiros movimentos antirracistas documentados ocorreu no final do século XVIII, quando os abolicionistas começaram a se mobilizar para acabar com a escravidão na Europa e nas Américas. No entanto, o racismo e o preconceito persistiram mesmo após a abolição, com a segregação racial sendo integrada em várias partes do mundo. O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, motivado por figuras como Martin Luther King Jr., foi uma das lutas mais significativas na luta contra a segregação racial.

Nos anos 60 e 70, o movimento Black Power nos Estados Unidos emergiu como uma resposta à luta pelos direitos civis. O Black Power defende a autodeterminação dos negros e o uso da violência para combater a opressão. Além disso, houve um movimento semelhante na África do Sul, onde o apartheid era a política oficial. O movimento anti-apartheid liderado por Nelson Mandela e outros ativistas desempenhou um papel fundamental na derrubada desse sistema de segregação racial.

A partir dos anos 80 e 90, a luta antirracista passou por uma nova fase, com o movimento por justiça social se expandindo e abraçando uma ampla gama de questões interseccionais, incluindo a luta contra a opressão de gênero, orientação sexual, classe social e deficiência física, entre outras. A ideia de que a luta contra o racismo está inextricavelmente ligada a outras lutas por justiça social ganhou cada vez mais relevância.

Nos anos 2000, houve uma maior conscientização sobre a violência policial contra as pessoas negras, com casos de brutalidade policial e assassinatos de

peças negras gerando protestos em todo o mundo. O movimento Black Lives Matter emergiu como uma resposta a esses casos, e seu impacto tem feito sentido em todo o mundo, com outras lutas antirracistas se somando a esta.

Em resumo, a luta antirracista é uma luta histórica que continua até hoje. Embora tenha tido conquistas manifestações, a descrição racial ainda persiste em muitas partes do mundo. No entanto, a luta antirracista também tem inspirado e se ligado a outras lutas por justiça social, formando uma rede de movimentos que trabalham juntos para alcançar um mundo mais justo e igualitário.

A luta antirracista no Brasil tem uma história tão longa quanto a presença da escravidão no país. A história do racismo no Brasil remonta aos tempos coloniais, quando a escravidão de pessoas africanas foi legalizada e institucionalizada como uma prática aceita pela sociedade brasileira. Durante mais de três séculos, milhões de africanos foram sequestrados de suas terras natais e trazidos ao Brasil para trabalhar nas plantações de açúcar, café, algodão e outros cultivos, bem como nas minas de ouro e diamante. A escravidão foi oficialmente abolida em 1888, mas a característica racial contínua, e suas consequências são sentidas até hoje.

Durante o período pós-abolição, o racismo no Brasil assumiu uma forma mais sutil, mas não menos opressiva, com o inclusão de leis e políticas que marginalizavam os negros e as pessoas de ascendência africana. O acesso à educação, emprego e moradia foram limitados para as pessoas negras, e demonstram que racial era uma prática comum em locais públicos, como restaurantes e transporte público.

A década de 1930 foi um período de ascensão do movimento negro no Brasil, inspirado por figuras como João Cândido, Carolina Maria de Jesus e Abdias do Nascimento. Em 1945, foi criada a Frente Negra Brasileira, que se tornou o principal movimento antirracista do país na época.

A década de 1960 foi marcada pela emergência de movimentos sociais como o Movimento Negro Unificado, que se concentrou na luta contra a prevalência racial e pela promoção da igualdade de oportunidades. Na década de 1970, conheceu novos grupos como o Quilombo dos Palmares, que promoveu a cultura e a história afro-brasileira.

Nos anos 80 e 90, a luta antirracista no Brasil cresceu em força, com o desenvolvimento de organizações como o Instituto da Mulher Negra e o Centro de

Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, que se concentraram em questões relacionadas à igualdade de gênero e classe social. Além disso, a Constituição de 1988 estabeleceu a igualdade de direitos para todos os cidadãos brasileiros, independentemente da raça.

Nos anos 2000, o Movimento Negro no Brasil ganhou visibilidade com o início de iniciativas como o Encontro de Mulheres Negras, que buscou fortalecer a voz e a representação das mulheres negras na sociedade brasileira. Em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado, garantindo a igualdade de direitos e a promoção da igualdade racial.

Apesar desses avanços, o racismo no Brasil ainda é uma realidade presente. A distinção racial é evidente em várias esferas da sociedade brasileira, incluindo no mercado de trabalho, na justiça criminal, na educação e na política. A luta antirracista continua a ser uma prioridade no Brasil, com organizações e indivíduos trabalhando juntos para combater a discriminação racial e promover a igualdade de oportunidades.

De acordo com Eurico (2011), o Serviço Social no Brasil tem um papel importante na luta contra a discriminação racial e na promoção da igualdade de direitos. Isso porque os profissionais da área estão presentes em diversos setores da sociedade, desde instituições públicas, como escolas e hospitais, até organizações da sociedade civil, como movimentos sociais e ONGs.

Eurico (2011) destaca que o Serviço Social tem como uma de suas atribuições a promoção da igualdade de direitos, e que isso inclui a luta contra a discriminação racial e a promoção da diversidade cultural. Segundo ela, o Serviço Social deve atuar no combate ao racismo institucional, que se manifesta em práticas discriminatórias presentes nas diversas esferas da sociedade, como a educação, a saúde, o mercado de trabalho e a justiça criminal.

A autora ainda ressalta que, para que o Serviço Social possa atuar de forma efetiva na questão racial, é necessário que os profissionais estejam preparados para lidar com as demandas específicas das negras e afrodescendentes. Isso inclui o conhecimento da história e da cultura afro-brasileira, bem como a compreensão das diversas formas de identificação racial e das desigualdades sociais que essas sofreram.

Eurico (2011) também destaca a importância da articulação entre os profissionais do Serviço Social e os movimentos sociais negros, como forma de potencializar a luta antirracista e promover a participação e o protagonismo dessa compreensão na construção de políticas públicas mais inclusivas e justas.

Por fim, a autora destaca que o Serviço Social tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de preconceitos e discriminações raciais. Para isso, é necessário que os profissionais da área estejam comprometidos com a defesa dos direitos humanos e da soberania de todas as pessoas, independentemente de sua origem, raça ou cor de pele.

O Serviço Social é uma profissão que tem como objetivo intervir nas demandas sociais, buscando promover a justiça social e a defesa dos direitos humanos. Dentre as diversas demandas sociais que a profissão atua, a luta antirracista é uma das mais importantes e urgentes.

De acordo Moreira (2017), a profissão do Serviço Social deve ter o compromisso ético e político com a luta antirracista, uma vez que o racismo é uma violação aos direitos humanos e um entrave para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Moreira (2017) ressalta que a atuação profissional deve ir além da assistência individualizada e buscar a construção de ações coletivas que visem a transformação das relações sociais e a promoção da igualdade racial. Nesse sentido, é fundamental que os profissionais do Serviço Social reconheçam a diversidade étnica e cultural presente na sociedade brasileira e busquem combater todas as formas de preconceito e discriminação.

Além disso, o autor destaca a importância de uma formação acadêmica crítica e reflexiva sobre a questão racial, para que os profissionais possam atuar de forma mais qualificada e comprometida com a luta antirracista.

Moreira ressalta que, para que a luta antirracista seja efetiva, é necessário que as ações profissionais estejam articuladas com outras iniciativas políticas e sociais que visem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Luta antirracista no campo da educação também utilizando de novas ferramentas como livros infantis/ desenhos/filmes – recursos áudio-visuais que também podem ser utilizados no espaço da escola e que trazem o que chamamos de representatividade. Tem também as bonecas pretas.

5. RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Durante o período da graduação estive inserida em dois espaços importantíssimos não só para minha formação profissional, mas também para o melhor esclarecimento sobre a atuação do Serviço Social na educação. A Extensão Universitária e o Estágio Supervisionado em Serviço Social foram de suma importância para elucidar as diferentes formas de atuação que o Serviço Social oferece no espaço educacional.

5.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL.

O estágio supervisionado em Serviço Social é uma das etapas fundamentais do processo de formação profissional, na qual o estudante tem a oportunidade de vivenciar e aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso em situações reais de intervenção social. Segundo Iamamoto (2011), o estágio supervisionado é um espaço de formação que possibilita aos estudantes a construção de um conhecimento mais crítico e reflexivo sobre a realidade social.

De acordo com Netto (1996), o estágio supervisionado deve ser entendido como uma oportunidade de aprendizagem e de construção de competências profissionais, através da reflexão crítica sobre a prática e do desenvolvimento de habilidades e técnicas de intervenção social. Ainda segundo o autor, o estágio supervisionado é uma das formas de garantir que o estudante tenha um contato mais próximo com a realidade social, o que possibilita uma formação mais adequada às demandas e necessidades da população.

Além disso, o estágio supervisionado em Serviço Social é um espaço de articulação entre a teoria e a prática, permitindo que o estudante compreenda melhor as especificidades do trabalho do assistente social e desenvolva uma atuação mais qualificada e comprometida com a transformação social (CFESS, 2011).

Nesse sentido, a importância do estágio supervisionado para a formação em Serviço Social é enfatizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que afirma que o estágio é um momento de "vivência prática, articulada à reflexão teórica e crítica" (CFESS, 2009, p. 2). Ainda segundo o CFESS, o estágio supervisionado é

uma das formas de garantir que o estudante desenvolva uma formação crítica, ética e comprometida com os direitos humanos e a transformação social.

O estágio supervisionado em Serviço Social na educação é uma importante estratégia para a formação de assistentes sociais que atuam nesse campo. Segundo Leite e Pires (2018), o estágio é uma etapa fundamental da formação profissional, pois é nesse momento que o estudante tem a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso.

O estágio em Serviço Social na educação tem como objetivo proporcionar ao estudante a vivência das múltiplas dimensões do trabalho da/do assistente social nesse campo, como a intervenção com famílias e comunidades, a participação em conselhos escolares, a realização de atendimentos individuais e em grupo, entre outras atividades. Segundo Rocha e Andrade (2019), o estágio em Serviço Social na educação é uma importante oportunidade para o estudante compreender o papel do assistente social na escola, confiante para a formação de profissionais críticos e reflexivos.

Para Barbosa (2017), o estágio em Serviço Social na educação também possibilita a aproximação do aluno com a realidade das escolas públicas, onde há uma série de desafios e demandas que envolveram a intervenção do assistente social. Nesse sentido, o estágio é um espaço privilegiado para que o aluno possa refletir sobre as contradições do sistema educacional e sobre as possibilidades de atuação da/do assistente social nesse contexto.

Em suma, o estágio supervisionado em Serviço Social na educação é uma etapa fundamental da formação profissional do assistente social, pois proporciona a prática das múltiplas dimensões do trabalho nesse campo, confiante para a formação de profissionais críticos e reflexivos.

Pelo período de 1 (um) ano estive como estagiária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) no campus Paracambi, município da Baixada Fluminense e vizinho ao município de Seropédica onde fica localizado o campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) onde realizei a graduação, sob a supervisão da assistente social Roselene Goulart.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) tem sua origem na criação da Escola de Aprendizes Artífices do Rio de

Janeiro, em 1909. Essa escola tinha como objetivo formar mão de obra técnica para atender às necessidades da indústria em expansão no país naquela época.

Com o passar do tempo, a escola evoluiu e se transformou em várias instituições, até se tornar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, em 2008, a partir da lei nº 11.892. O IFRJ, atualmente, possui uma ampla rede de campus, distribuída em cidades diferentes do estado, e oferece cursos técnicos, superiores e de pós-graduação.

De acordo com o site do IFRJ (2022), a instituição tem como missão "promover a educação profissional e tecnológica, científica e humanística, por meio do ensino, pesquisa e extensão, formando cidadãos capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável, em conformidade com os valores éticos, sociais e ambientais".

O IFRJ também é reconhecido por sua forte atuação na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, contando com diversos projetos nas áreas como biotecnologia, energia, meio ambiente, entre outras.

Em suma, a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro é marcada pela evolução de uma escola técnica em uma ampla rede de campus que oferece cursos técnicos, superiores e de pós-graduação, além de se destacar pela forte atuação na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

No IFRJ, o Serviço Social atua em diferentes áreas, desde o atendimento direto aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica até a elaboração e implementação de políticas públicas que visam a promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades. Além disso, os assistentes sociais atuam em parceria com outros profissionais da instituição, como psicólogos, pedagogos, entre outros, para garantir uma atuação multidisciplinar e integrada.

No IFRJ- Campus Paracambi, a atuação do Serviço Social se baseia em boa parte na política de assistência estudantil, que é um conjunto de políticas e programas que visam garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a assistência estudantil tem como objetivo contribuir para a democratização da educação, reduzindo as desigualdades no acesso e na permanência, e para a melhoria da qualidade da educação, por meio da ampliação

das oportunidades educacionais e do apoio ao desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes (MEC, 2010, p. 13).

Segundo Gonçalves (2019), a assistência estudantil é uma política pública que busca garantir o acesso e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior, por meio de ações como concessão de bolsas de estudo, auxílio transporte, alimentação, moradia, entre outras. Além disso, a assistência estudantil também tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação, ao oferecer aos estudantes condições para que possam se dedicar integralmente aos estudos e participar das atividades acadêmicas.

Segundo o MEC (2010), a assistência estudantil é uma política que deve ser implementada de forma integrada e articulada com as demais políticas educacionais, tendo em vista a promoção da igualdade de oportunidades na educação. Nesse sentido, a assistência estudantil é fundamental para garantir o acesso e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática.

O instituto possui um programa de auxílios financeiros intitulado Programa de Auxílio Permanência (PAP), que se dispõe de 3 (três) auxílios que os alunos podem solicitar, sendo eles: auxílio alimentação; auxílio transporte; auxílio moradia.

Os auxílios oferecidos aos estudantes tem como objetivo contribuir para a permanência dos estudantes no processo acadêmico, porém, o processo de análise de documentos dos alunos que solicitam os auxílios possibilitam uma compreensão da realidade individual de cada aluno para além da realidade financeira de suas famílias, questões como acessibilidade ao campus, escolaridade dos demais membros familiares/ responsáveis, configurações de família, territorialidade são algumas das informações possíveis de se identificar através do período de inscrições e análises das documentações dos alunos que solicitam os auxílios do programa PAP.

Por se tratar de um município da Baixada Fluminense o campus Paracambi recebe alunos majoritariamente moradores desse território e, os principais municípios que o campus atende são Paracambi, Seropédica, Nova Iguaçu, Japeri e

Queimados. O campus também recebe alunos do Sul Fluminense de municípios como Mendes, Paty do Alferes, Vassoura, porém, em um quantitativo bem baixo.

Sendo assim, com a particularidade de atender, em sua maioria, estudantes residentes da Baixada Fluminense o campus também lida com um quantitativo considerável de alunos em situação de vulnerabilidade social.

A vulnerabilidade social pode ser entendida como a exposição de determinados grupos ou indivíduos a situações de risco social e/ou econômico, que podem afetar sua capacidade de acesso a recursos básicos, tais como saúde, educação, moradia, alimentação, emprego, entre outros. Segundo Rocha (2018), a vulnerabilidade social pode ser compreendida como a exposição de um indivíduo ou grupo social a situações de risco, decorrentes de condições materiais de vida precárias, de violações de direitos, de discriminações e preconceitos (ROCHA, 2028, p. 11).

De acordo com Santos e Santana (2018), a vulnerabilidade social é resultado de processos históricos e estruturais, que afetam determinados grupos sociais de forma mais intensa e sistemática, tais como as populações negras, indígenas, quilombolas, moradores de favelas e periferias, entre outros. Esses grupos são afetados por desigualdades sociais que afetam seu acesso a serviços e oportunidades, assim como sofrem com preconceitos e discriminações que limitam seu pleno exercício da cidadania.

Nesse sentido, a vulnerabilidade social está associada a um conjunto de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que afetam a capacidade dos indivíduos e grupos de exercerem seus direitos e de participarem plenamente da vida social. Segundo Silveira (2018), a vulnerabilidade social é um conceito dinâmico, que deve ser compreendido em relação ao contexto histórico e social em que se insere, e que exige políticas e ações específicas para sua superação.

Com estas informações, era possível também fazer análises sobre a permanência dos alunos de uma perspectiva pedagógica em um trabalho interdisciplinar junto ao corpo docente, e a equipe de pedagogos da instituição sobre como questões externas a sala de aula podem influenciar no desenvolvimento e na permanência desses alunos, sendo assim, fomos capazes de compreender que o Serviço Social na instituição iria para além da assistência estudantil podendo

contribuir em processos de permanência dos estudantes para além das questões financeiras na qual o Programa de Auxílio Permanência prever minimamente intervir.

Para além da atuação a partir da assistência estudantil, foi possível também compreender sobre como se dão as relações sociais dentro do campus na perspectiva étnico racial. O debate étnico racial dentro campus é bem escasso, principalmente pelo fato de se tratar de um instituto de ensino médio técnico que oferta cursos somente na área das ciências exatas tendo somente os 3 (três) primeiros períodos da grade curricular com disciplinas gerais que vão tratar do debate étnico racial como História, Geografia, Filosofia e Sociologia, depois deste período as disciplinas são somente voltadas ao ensino técnico referente ao curso escolhido pelo aluno que pode ser em Eletrotécnica e Mecânica.

A extensão do debate étnico racial para além da sala de aula e das disciplinas fica por conta do movimento estudantil através do Grêmio Estudantil, Jornal Escolar e outras formas de organização desenvolvidas pelos próprios alunos que por algumas vezes não conta com o apoio do corpo docente e nem dos técnicos da instituição, o que dificulta por muitas vezes a transformação do ambiente escolar em um espaço pautado no respeito a diversidade.

5.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A segunda experiência, com a Extensão Universitária, pode me proporcionar uma experiência bem diferente da vivida com o estágio supervisionado.

A extensão universitária pode ser entendida como uma prática acadêmica que busca estabelecer uma relação entre a universidade e a sociedade, por meio de ações voltadas para a promoção do desenvolvimento social, cultural, político e econômico de uma determinada região ou comunidade (GADOTTI, 2009). De acordo com Pimenta e Ghedin (2002), a extensão universitária é uma forma de democratizar o acesso ao conhecimento produzido na universidade, ao mesmo tempo em que contribui para a formação acadêmica dos estudantes.

A extensão universitária possui grande importância para a formação acadêmica, pois possibilita aos estudantes uma experiência prática e concreta dos temas abordados em sala de aula, além de permitir o contato com diferentes

realidades sociais e culturais (BORGES, 2013). A partir dessa experiência, os estudantes podem desenvolver habilidades e competências que vão além das questões técnicas e profissionais, tais como a sensibilidade social, a capacidade crítica e reflexiva, o compromisso ético e político com a sociedade (PIMENTA; GHEDIN, 2002).

A importância da extensão universitária para a formação acadêmica está relacionada à possibilidade de os estudantes vivenciarem experiências práticas e concretas, que complementem sua formação teórica e os preparem para atuar de forma comprometida com as demandas sociais. Além disso, a extensão universitária pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para a formação integral dos estudantes, tais como o trabalho em equipe, a liderança, a comunicação, a empatia e a capacidade de reflexão crítica sobre a realidade.

Além disso, a extensão universitária também contribui para a formação de profissionais mais comprometidos com as demandas e necessidades sociais, capazes de pensar e agir de forma mais integrada e responsável diante dos problemas e desafios da sociedade (GADOTTI, 2009). Nesse sentido, a extensão universitária pode ser vista como uma forma de integração entre a universidade e a sociedade, com benefícios tanto para a formação acadêmica dos estudantes quanto para o desenvolvimento das comunidades e regiões envolvidas.

A extensão universitária desempenha um papel crucial para o Serviço Social, sendo fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento da profissão.

Segundo Freire (1970), a extensão universitária é uma prática educativa que visa superar a dicotomia entre teoria e prática, rompendo com a ideia de que o conhecimento é algo apenas transmitido pelos professores aos estudantes. Para o autor, a extensão possibilita uma troca de saberes, em que os conhecimentos acadêmicos se mesclam com os saberes populares e as experiências vivenciadas pela comunidade.

Nessa perspectiva, Souza (2009) destaca que a extensão universitária permite que o serviço social esteja em constante diálogo com as demandas sociais e com as experiências dos sujeitos envolvidos. Ela proporciona uma aproximação entre o assistente social e a realidade social, possibilitando uma análise crítica das situações vivenciadas e a busca por soluções conjuntas.

Além disso, Minayo (2008) ressalta que a extensão universitária no serviço social favorece a formação de profissionais comprometidos com a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa. Através das atividades extensionistas, os estudantes são incentivados a refletir sobre as desigualdades sociais e a atuarem de forma engajada, buscando a promoção dos direitos e da cidadania.

Ainda é válido mencionar que a extensão universitária proporciona a oportunidade de os estudantes aplicarem os conhecimentos adquiridos na sala de aula em contextos reais, exercitando sua capacidade de análise e intervenção nas problemáticas sociais. Segundo Iamamoto (2011), essa vivência prática é essencial para a formação profissional, pois possibilita a articulação entre a teoria e a prática, preparando os futuros assistentes sociais para atuarem de maneira crítica e comprometida com a transformação social.

Portanto, a extensão universitária se revela como um importante campo de atuação para o serviço social, estabelecendo uma ponte entre a academia e a comunidade, promovendo a formação de profissionais comprometidos e engajados com a promoção da justiça social e da equidade. É por meio dessa prática que os estudantes de serviço social têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades e competências, contribuindo efetivamente para a melhoria das condições de vida dos indivíduos e grupos sociais mais vulneráveis

¹Durante o período de 12 (doze) meses, estive como bolsista do projeto de extensão intitulado “Gênero, Raça e Geração em Pauta: reflexões necessárias por meio da extensão universitária”, o projeto tinha como público alvo a Educação e realizou suas ações nos municípios de Seropédica e Mesquita.

No município de Seropédica, as ações do projeto foram com as escolas: Escola Municipal Valtair Gabi e o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC). Na escola Valtair Gabi, foi realizada uma ação que constituía em uma atividade intitulada “O Negro Além do Novembro” que tinha o objetivo de debater com os alunos do 6º ao 9º ano de escolaridade sobre a questão étnico racial para além da data 20 de novembro (dia da consciência negra) que é na sua maioria o único momento em que a pauta étnico racial é vista em evidência não só pela

¹ Durante o período de vigência do projeto citado estava sendo discutida a proposta do Ministério da Educação sobre a curricularização da extensão. No ano de 2023 então entra em vigor a proposta e a extensão passa a fazer parte da matriz curricular na graduação.

educação mas também por empresas, veículos de imprensa, instituições governamentais e etc, a atividade era composta por uma roda de conversa com os alunos, e uma exposição de fotos de artes feitas por artistas anônimos, negros e que tem como ideia central de suas artes exaltar a beleza a diversidade da população negra com suas várias texturas de cabelo, traços e tons de pele.

A roda de conversa tratava dos debates acerca do Racismo Estrutural, Institucional e Recreativo afim de que os alunos pudessem compreender que o racismo pode se manifestar de diversas formas na nossa sociedade e que todas essas formas são na sua maioria velada e precisam ser combatidas.

Já no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), a atividade realizada foi uma solicitação da orientação educacional da escola para que fosse realizado um trabalho com o corpo docente e os técnicos sobre a importância do respeito da diversidade étnico racial devido a casos frequentes de racismo ocorridos na escola. Sendo assim, foram realizadas rodas de conversas com o corpo técnico e docente sobre a importância de pautar questões étnicos raciais nos conteúdos ministrados nas disciplinas, a promoção de atividades interativas para que os alunos pudessem se expressar enquanto ao assunto e desenvolvam pensamento crítico, e o constante combate as manifestações de racismo que perpetuavam o ambiente escolar durante aquele período e nos dias futuros.

No município de Mesquita foi realizada uma palestra sobre o respeito à diversidade em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Mesquita, o publico alvo desta ação eram todos os orientadores educacionais e orientadores pedagógicos de todas as escolas do município de Mesquita, o evento contou com a participação de 60 (sessenta) orientadores presentes com duração de 3 (três) horas divididas em palestra e a apresentação de uma intervenção no espaço escolar a partir do que foi pautado na palestra sobre respeito à diversidade.

As experiências na extensão universitária e no estágio supervisionado em Serviço Social permitiu compreender que a atuação do Serviço Social na educação pode se dar de diversas formas, porém, sempre se comprometendo com a garantia ao direito de um espaço coletivo pautado na diversidade e acessível a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação antirracista é um processo educacional que busca combater e eliminar a distinção racial e promover a valorização da diversidade étnico-racial na sociedade. Segundo Gomes (2017, p. 13), a educação antirracista deve ser compreendida como um processo educativo que promove a valorização da diversidade étnico-racial e o combate a todas as formas de compreensão racial.

A importância da educação antirracista está relacionada com a promoção da equidade e justiça social, por meio da valorização da diversidade étnico-racial e da construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Segundo Silva (2016, p. 19), a educação antirracista é uma das ferramentas mais eficazes na promoção da igualdade racial, pois contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade e para a construção de práticas cotidianas antirracistas.

Além disso, a educação antirracista é fundamental para a formação de uma sociedade democrática e plural, que respeite e valorize as diferenças culturais e étnicas. Segundo Munanga (2019, p. 37), a educação antirracista é um processo fundamental para a construção de uma sociedade democrática, pois promove a valorização da diversidade e contribui para a desconstrução dos estereótipos e preconceitos raciais.

Nesse sentido, a educação antirracista deve ser uma preocupação constante no âmbito educacional, por meio da formação de professores, produção de materiais didáticos e promoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial e combatam o racismo. Segundo Torres (2016, p. 33), a educação antirracista deve ser construída de forma transversal em todas as etapas e modalidades da educação, promovendo a formação de uma consciência crítica sobre o racismo e suas emoções na sociedade.

Em resumo, a educação antirracista é fundamental para a promoção da equidade e justiça social, a formação de uma sociedade democrática e plural, e a valorização da diversidade étnico-racial na sociedade.

A atuação da/do assistente social nas escolas é de grande importância para a promoção da equidade e justiça social no âmbito educacional. Segundo Netto (2011, p. 63), o Serviço Social, na perspectiva crítica, tem no seu campo de atuação as expressões da questão social no mundo do trabalho, na família, na comunidade e na vida cotidiana, que se manifestam também na escola.

A/O assistente social, ao atuar na escola, pode contribuir para a superação das desigualdades sociais que preencheram o acesso e a permanência dos estudantes na escola, por meio da identificação das demandas e necessidades da comunidade escolar e da articulação com outras políticas públicas, como saúde, assistência social e cultura.

Segundo Yamamoto e Carvalho (2011, p. 212), o Serviço Social na escola deve ser um processo de intervenção comprometido com a transformação social, com a defesa dos direitos e com a superação das desigualdades sociais. Isso implica em uma atuação crítica, reflexiva e propositiva, que considera as relações de poder presentes no ambiente escolar e as demandas da comunidade escolar.

Além disso, o assistente social pode contribuir para a formação de uma escola inclusiva, que respeite a diversidade cultural e promova a participação e protagonismo dos estudantes, famílias e comunidade. Segundo Gohn (2015, p. 214), o assistente social na escola deve ter como foco a promoção da cidadania, da inclusão social e da equidade, a partir do reconhecimento das desigualdades e da busca por sua superação.

Em suma, a atuação do assistente social nas escolas é fundamental para a promoção da equidade e justiça social no âmbito educacional, por meio da identificação e atendimento das demandas da comunidade escolar e da articulação com outras políticas públicas.

O Serviço Social tem um papel fundamental na luta antirracista na educação, esteve de forma crítica e comprometido com a promoção da equidade e da justiça social. Segundo Pereira e Medeiros (2016, p. 126), a educação é um direito humano e deve ser um espaço de democratização das relações sociais, tristes, culturais e políticas, porém, historicamente, tem sido um espaço de reprodução das desigualdades e injustiças sociais.

O Serviço Social, por sua vez, tem como objetivo principal a defesa e a garantia dos direitos humanos e sociais, lutando contra todas as formas de opressão e discriminação, inclusive o racismo. Nesse sentido, a atuação do assistente social na educação pode contribuir para a promoção da igualdade racial, por meio da conscientização e engajamento da comunidade escolar.

De acordo com Gohn (2015, p. 214), a/o assistente social, ao atuar na educação, deve se comprometer com a transformação da realidade, através da

promoção da cidadania, da inclusão social e da equidade, a partir do reconhecimento das desigualdades e da busca por sua superação. Isso implica em uma postura crítica, reflexiva e comprometida com a luta antirracista, por meio do diálogo com os diversos atores envolvidos no processo educativo, como alunos, professores, gestores e famílias.

Além disso, o Serviço Social pode contribuir para a implementação de políticas públicas que visem à promoção da igualdade racial na educação, como a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena nos alunos matriculados, a formação de professores e gestores para lidar com a diversidade cultural, e a criação de programas de ações afirmativas para o acesso e permanência dos estudantes negros e indígenas na escola.

Em suma, a atuação do Serviço Social na educação pode ser um importante instrumento na luta antirracista, ao promover a conscientização, o envolvimento e a transformação da realidade educacional, em busca da equidade e da justiça social.

A atuação do assistente social na luta antirracista na educação passa pela compreensão dos processos de exclusão e de defesa racial presentes na sociedade e na escola, e pela articulação de estratégias que buscam superar essas formas de violência.

Entre as contribuições do assistente social para a luta antirracista na educação, podemos destacar o apoio às políticas de ação afirmativa, que buscam corrigir as desigualdades raciais presentes na sociedade, a promoção de espaços de diálogo e reflexão sobre as questões raciais, por meio de rodas de conversa, seminários e outros eventos, o atendimento às demandas sociais decorrentes da manifestação racial, como o encaminhamento para serviços de saúde, de assistência social e de proteção à violência, dentre outras ferramentas que irão possibilitar a promoção de um ambiente diversificado e que respeita a diversidade presente sendo ela não somente étnico racial mas também de gênero.

A importância de uma atuação em conjunto com a luta antirracista é imensurável visto que tratando-se de Brasil ainda há muito que se caminhar para o alcance de uma sociedade mais justa e igualitária. Pensar na luta antirracista no exercício profissional seja qual for é retratar-se de uma dívida histórica com homens, mulheres, crianças, idosos e jovens escravizados de geração em geração durante quase 4 séculos no Brasil e que nos tempos de hoje seus descendentes ainda

sofrem pelos resquícios deixados por uma época perversa que foi o período de existência da escravidão. Pautar a luta antirracista é contribuir para que homens, mulheres, jovens, adultos, crianças, adolescentes e idosos possam compreender os espaços a qual pertencem na sociedade em que vivem e possam também reivindicar seus direitos enquanto cidadãos de um país que se utiliza de uma estrutura racista para manter sua “ordem social” puramente branca e elitista.

Garantir um espaço de atuação em caminhada com a luta antirracista é garantir também que pessoas negras que acessam estes espaços possam ter representatividade, voz, esperança de que com um passo após o outro sejam capazes também de terem acesso as suas ancestralidades, culturas, histórias e poderem manifesta-las em seus espaços de convivência diária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N L T . Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. **Anais do I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação**. Belo Horizonte: 2003. Disponível em pdf.

ALMEIDA, S. . **Racismo estrutural**. [Structural Racism]. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6

ARAÚJO, J Z. **O negro no Brasil e sua luta pela cidadania**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

BARBOSA, AMBO Estágio Supervisionado em Serviço Social na Educação. In: **Revista do Serviço Social e Educação**, v. 6, n. 2, pág. 95-108, 2017.

BORGES, M. A. M. A extensão universitária e sua relação com a formação acadêmica. **Revista do CEFET-MG**, v. 1, n. 1, p. 81-86, 2013.

BUENO, M L. **História da educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2013.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História

e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.

CFESS. Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação. **Coletânea: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais**. CFESS, Brasília: 2012. Disponível em pdf.

CFESS. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na educação. **CFESS**, Brasília: 2011. Disponível em pdf.

CFESS. Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2009. Dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio em Serviço Social. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao CFESS n 533.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_n_533.pdf). Acesso em: 15 mar. 2023.

COATES, T. **Entre o mundo e eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CURY, C R J. Educação e desigualdade social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 167, p. 1164-1191, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DUSTER, T. **Uma porta dos fundos para a eugenia**. In: *Natureza*, v. 522, n. 7555, pág. 34-35, 2015.

EURICO, M C. **Questão Racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo estrutural e o trabalho do assistente social**. PUC-SP, São Paulo, 2011.

FRANCO, Maria Laura Pimenta. Educação de Idosos: Um campo de possibilidades. *Revista Intermeio*, v. 24, n. 1, p. 9-23, 2018.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 48. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 33ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, M. **A universidade necessária: crise e reforma do ensino superior**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GOHN, M G. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2015.

GOMES, N. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2017.

GOMES, N L. Educação e diversidade étnico-racial: ações afirmativas no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, n. 32, p. 37-53, 2006.

GOMES, N. L. (2019). **Educação e relações raciais: discursos e práticas**. Autêntica Editora.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais: reflexões sobre algumas possibilidades pedagógicas**. In: CARVALHO, José Jorge de; GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira (Orgs.). Educação e relações raciais: experiências e desafios. São Paulo: **Selo Negro**, 2017.

GÓMEZ, L. Raça, biologia e a busca pela igualdade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, pág. 1-18, 2017.

GONÇALVES, L. Assistência Estudantil na Educação Superior: uma política em construção. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 210, p. 31-40, 2019.

GUIMARÃES, A S A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1979.

hooks, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IAMAMOTO, M V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**/Marilda. 1ª ed. São Paulo, Cortez, [Lima, Peru]: CELATS, 1982.

INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua: Educação 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar 2020. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-escolar>.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Sobre o IFRJ**. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/sobre-o-ifrj> . Acesso em: 16 mar. 2023.

KANT, I. Resposta à pergunta: **O que é o Esclarecimento?** In: Textos Seletos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LEITE, ER; PIRES, VR O Estágio Supervisionado em Serviço Social: Perspectivas e Desafios. In: **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 6, n. 1, pág. 32-43, 2018.

LEWONTIN, R. **A repartição da diversidade humana**. In: **Biologia Evolutiva**, v. 6, n. 3, pág. 381-398, 1972.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

LOPES, N. A Educação Antirracista no Brasil. **Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**, 2016.

MARTINS, EBC. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania** [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. 277 p. ISBN 978-85-3930-243-7. Available from SciELO Books

MARX, K; E, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sistema de cotas raciais aumenta número de estudantes negros nas universidades brasileiras. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/sistema-de-cotas-raciais-aumenta-numero-de-estudantes-negros-nas-universidades-brasileiras..>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES: Documento Orientador. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5808-programa-nacional-de-assistencia-estudantil-pnaes-documento-orientador&category_slug=janeiro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Investimento em educação no Brasil está abaixo da média dos países da OCDE. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/investimento-em-educacao-no-brasil-esta-abaixo-da-media-dos-paises-da-ocde>.

MOREIRA, T. Serviço Social e Luta Antirracista: reflexões sobre a intervenção profissional. **Revista de Serviço Social e Política Social**, n. 25, p. 149-168, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rips/article/view/29083/21515>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MUNANGA, K. Superando o racismo na escola. **Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**, 2019.

MUNANGA, K. **O anti-racismo no Brasil: algumas notas**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Anti-racismo e política**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

MUNANGA, K. (2004). **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Annablume.

NETTO, J P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1996.

NEVES, P. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição, **Rev. bras. Ci. Soc.** **20** (59), 2007, disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300006>> acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

PEREIRA, E. ; MEDEIROS, C. Serviço social e educação: perspectivas de uma prática crítica. In: SILVA, Alana Lial Freitas et al. (Org.). **Serviço Social e Educação: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 125-142

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista** / Djamila Ribeiro. — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, LM da; ANDRADE, LFC O Estágio em Serviço Social na Educação: Uma Análise a Partir da Experiência de Estudantes. In: **Revista Serviço Social e Saúde**, v. 18, n. 2, pág. 15-32, 2019.

ROCHA, A. C. A. Vulnerabilidade social: conceito e dimensões. In: C. L. Cardoso; M. F. R. Soares (org.). **Questões Sociais e Políticas Públicas**. Salvador: EDUFBA, 2018.

RODRIGUES, G. **Serviço Social e Educação no Brasil: limites e desafios do trabalho profissional**. Goniânia, UFG. 2022.

SANTOS, BS Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, pág. 3-46, 2009.

SANTOS, J. R. dos; SANTANA, C. C. da S. A vulnerabilidade social e suas dimensões na atualidade. **Revista Diálogos Acadêmicos**, v. 2, n. 1, p. 50-62, 2018.

SATO, M. ; MIOTO, R. **Serviço Social e Educação: Interloquções Possíveis**. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2011.

SILVA, P, B. Ações afirmativas como estratégia de superação das desigualdades raciais na educação. **Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**, 2016.

SILVA, P. B. G. e. (2009). **Diversidade e currículo: estudos e pesquisas**. Autêntica Editora.

SILVA, T. T (org.). **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

SILVA, P B G. O racismo no currículo da educação básica brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 161, p. 81-98, 2016.

SILVA, P B G. **O que é educação antirracista?** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

SILVEIRA, J. A. da. Vulnerabilidade social: revisão conceitual e metodológica. In: A. S. Nunes; M. A. V. Fernandes; L. P. Moreira (org.). **Vulnerabilidade Social: Conceitos e Metodologias de Análise**. Campina Grande: EDUEPB, 2018.

SOUSA, JR et al. Raça e Saúde: Uma Revisão Bibliográfica. In: **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 2, pág. 84-90, 2018.

TEIXEIRA, J; BRAZ, M. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social**. CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.

TORRES, R. **Educação e diversidade: desafios e perspectivas**. São Paulo: Summus Editorial, 2016.

VEIGA, C G. **História da educação**. São Paulo: Editora Ática, 2012.

WEST, C. **Assuntos de raça**. Nova York: Vintage, 2020.